



PROFISSÃO
POLICIAL

Redação

Professor Hansk Carvalho

Redação

Professor Hansk Carvalho

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
1 TEXTO.....	5
1.1 O QUE É IMPORTANTE PARA A REDAÇÃO – INTERPRETAR A PROPOSTA, CONJUNÇÕES E CONTEÚDO.....	5
1.2 TIPOS DE REDAÇÃO	6
2 COMO A BANCA EXAMINADORA QUER O TEXTO	7
2.1 QUEM É SEU EXAMINADOR	8
2.2 QUANTAS REDAÇÕES CADA EXAMINADOR CORRIGE POR CONCURSO	9
2.3 POR QUE EXISTE REDAÇÃO EM CONCURSOS	10
3 PRINCIPAIS ERROS DOS CANDIDATOS.....	10
3.1 VÍNCULO EMOCIONAL COM O TEMA.....	11
3.2 NÃO SABER O QUE ESCREVER.....	11
3.3 MUITA INFORMAÇÃO SOBRE O TEMA	12
3.4 MEDO	13
3.5 POUCO TEMPO PARA ESCREVER	13
3.6 NÃO TREINAR TEMAS JÁ PROPOSTOS	14
4 TIPOS DE TEMAS	14
4.1 ESPECÍFICOS	14
4.2 TEMAS DE ATUALIDADES	15
4.3 REFLEXIVOS	16
4.4 DETALHAMENTO DOS TEMAS TESE	16
4.5 PROBLEMAS.....	16
4.6 ARGUMENTOS.....	17

4.7	TEXTO MOTIVADOR	17
4.8	PARÁGRAFO	17
4.9	DISSERTAÇÃO.....	17
4.9.1	<i>Introdução.....</i>	18
4.9.1	<i>Desenvolvimento</i>	18
4.9.2	<i>Conclusão.....</i>	19
5	APRENDENDO A DISSERTAR	20
5.1	LER	20
5.2	ESCREVER.....	21
5.3	CONHECER A BANCA	21
5.3.1	<i>CESPE</i>	21
5.4	INTERPRETAR A O ENUNCIADO	22
5.5	ROTEIRIZAR	23
5.6	RASCUNHAR	24
5.7	REVISAR.....	24
5.7.1	<i>Parágrafo.....</i>	24
5.7.2	<i>Texto</i>	25
5.7.3	<i>Passar a limpo.....</i>	25
5.7.4	<i>Argumentação</i>	25
5.7.5	<i>Tipos de argumentação contextualizar</i>	25
5.8	ASPECTOS ORTOGRÁFICOS	26
6	ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS	26
6.1	INTRODUÇÃO	27
6.2	ERROS QUE MAIS REPROVAM NA REDAÇÃO	27
7	EM QUAL MOMENTO DA PROVA DEVO FAZER MINHA REDAÇÃO?	28
7.1	COMO ORGANIZAR O TEXTO?	29
8	EXEMPLO DE MÁSCARA DA REDAÇÃO	32
9	TEORIA DO DESENVOLVIMENTO.....	34
10	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO.....	35
10.1	O QUE É ARGUMENTAÇÃO?	35
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA	36
10.3	ESTRUTURA TEMÁTICA DO ARGUMENTO	36
10.4	COMO CONVENCER COM OS ARGUMENTOS	36
10.5	TIPOS DE ARGUMENTOS	37

11	EXEMPLOS EM REDAÇÃO	40
12	TEORIA DA CONCLUSÃO.....	41
12.1	O QUE OS TEÓRICOS FALAM ACERCA DA CONCLUSÃO:.....	42
12.2	COMO MONTAR A CONCLUSÃO.....	42
12.3	COMO MONTAR A CONCLUSÃO.....	43
12.4	DETALHAR A SOLUÇÃO: COMO? QUANDO? ONDE? FREQUÊNCIA? PARA QUEM?	45
12.4.1	<i>Detalhar a Solução: Como/Quem</i>	<i>45</i>
12.4.2	<i>Detalhar a solução: Retomada ao tema</i>	<i>46</i>
12.4.3	<i>Detalhar a solução: Como/Quem.....</i>	<i>48</i>
12.4.4	<i>Detalhar a Solução: Quando</i>	<i>49</i>
12.4.5	<i>Detalhar s Solução: Para quem/Resultado Esperado</i>	<i>50</i>
13	ARGUMENTOS PARA A REDAÇÃO	51
13.1	PRINCIPAIS TÓPICOS – ATLAS DA VIOLÊNCIA.....	51
13.2	HOMICÍDIOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS (UFS)	53
13.3	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	57
13.4	VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS.....	58
13.5	VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+	59
13.6	A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA.....	60
13.7	DIREITO PENAL DO FATO	63
13.8	DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	64
13.9	PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA.....	65
13.10	PRINCÍPIO DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS	66
13.11	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	66
13.12	PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE	67
13.13	PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE	68
13.14	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	68
13.15	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	69
13.16	DIREITOS DO PRESO NO BRASIL	71
13.17	JURISPRUDÊNCIA.....	72

APRESENTAÇÃO

Olá! Seja muito bem-vindo! Seja muito bem-vinda! Aqui quem vos fala é o Professor Hansk Carvalho. É uma grande honra começar nosso curso de Redação Discursiva com o Profissão Policial e, também, participar da sua preparação.



Sou Professor de Redação Discursiva (Brasília, Goiânia e Porto Alegre) e Policial do Distrito Federal, atualmente exercendo na Diretoria de Operações Especiais (DPOE). Fui Agente de Segurança Prisional do Estado de Goiás por 2 anos, tendo sido aprovado na 33ª colocação, no concurso de 2014, para a 3ª Regional (Luziânia). Ademais, fui aprovado para PCGO por duas vezes (2015, Papiloscopista; Agente, 2016) e

na PMGO, 2016.

Trabalho com concursos há 11 anos. Já obtive nota máxima em redações de Enem e Vestibulares com mais de 900 pontos e gabaritei, é claro, redações de concursos policiais. Vou te ensinar a gabaritar o seu texto independente do concurso da área policial que você queira fazer.

Caso você tenha alguma dúvida podemos nos comunicar também pelas minhas redes sociais [@prof.hansk](https://www.instagram.com/prof.hansk)

TEORIA DA REDAÇÃO

1 TEXTO

Os estudiosos da língua portuguesa citam diversos tipos de texto. No entanto, quando falamos de redação para concursos públicos, os principais tipos de textos cobrados são: dissertação expositiva e argumentativa; estudo de caso; textos oficiais (memorando, ofício etc.); apesar disso, sendo ainda mais específico, as carreiras, em regra, abrangem a Dissertação (argumentativa e expositiva) e, algumas vezes, o Estudo de caso, este, sobretudo, para os cargos de Escrivão e Delegado de Polícia.

Neste material, trabalharemos os dois tipos mais cobrados, com muitos exemplos de provas já aplicadas e vários exemplos de meus textos em concursos, nos quais, graças a Deus, pude obter nota máxima, tais quais meus alunos.

1.1 O que é importante para a Redação – interpretar a proposta, conjunções e conteúdo

Não se assuste, a gramática não é a parte mais importante. Porém, lembro a você que a gramática está intimamente ligada a um bom texto. Além disso, vale citar que, na maioria dos certames, para ter seu texto corrigido, é necessário ser aprovado, antes, na prova objetiva que sempre contém a disciplina de língua portuguesa, que é, quase sempre, 20% do seu resultado. Continuando, costumo dizer que para escrever, precisamos de três pilares, quais sejam: Conteúdo, uso de Conjunções (organização) e Interpretação da proposta.

Interpretação da Proposta: Grande parte dos alunos, ao realizar qualquer certame, deixa a redação como última parte para fazer. Nos nossos cursos, presencial e online, instruo-os e explico como deve ser feito. No entanto, porque a texto, quase sempre, é feito ao final, o aluno interpreta a proposta de maneira muito aberta ou, pior

ainda, responde apenas partes do que é pedido ou foge ao tema. Portanto, ao realizar seu texto, a fase da interpretação é a mais importante, porquanto garante todo o restante. No nosso curso explicarei tudo que o examinador requer do candidato, explícita e implicitamente. Pois é, acredite, muitas vezes o examinador quer algo a mais, mesmo não citando. Fique ligado!

Conjunções: O uso das conjunções está ligado, notadamente, à clareza das informações, à coesão e à coerência. Quando falo de conjunções (há uma enorme lista ao final deste material), você pode pensar que não é tão importante quanto o conteúdo. Contudo, se não houver o uso das conjunções de maneira correta o texto fica sem nexo, isto é, sem sentido, mesmo tendo uma imensidão de argumentos palpáveis. As bancas examinadoras observam o uso e atribuem, a depender do tipo de texto, até 30% da pontuação a este tópico.

1.2 Tipos de redação

Assim, decore e utilize as conjunções no seu cotidiano, principalmente nas mídias sociais.

Conteúdo: A parte mais temida para os alunos, os quais sempre me perguntam: “professor, qual será o tema?” rs. A bem da verdade é que é humanamente impossível ter a plena certeza de qual será o tema, mas é possível prever, partindo das seguintes indagações: qual foi a banca do último certame para este cargo? O conteúdo programático do edital mudou muito do último concurso para este? Qual será o cargo (escrivão, agente, praça, oficial ou delegado)? A partir dessas perguntas aliado com o conteúdo programático e o tipo de texto podemos, então, mensurar, quais serão os temas. A título de exemplo, no CFP/PMDF- 2018, acertamos mais de 60% do tema, por meio de maratonas de LIVES no Instagram, as quais usamos para basear o possível tema.

Dissertação: De maneira simples e direta, dissertar é escrever/falar sobre um tema, de forma imparcial, utilizando-se de argumentos por meio de informações e exemplos acerca do tema.

Dissertação-expositiva: A dissertação-expositiva tem por fito explicar informações concretas com exemplos, conceitos, autores e, até mesmo, pesquisas. Entretanto, na expositiva, não há um posicionamento, defesa de opinião ou proposta de intervenção (solução ao problema). Há, na verdade, apenas o esclarecimento das informações.

Dissertação-argumentativa: Já na argumentativa é um pouco diferente. A base é bem parecida com a expositiva, porém o que diferencia são os parágrafos finais, principalmente, nos quais, algumas vezes, além de um posicionamento (nunca por achar, pensar por opinião própria) por meio das informações e conceitos citados, uma proposta de intervenção, isto é, solução à problemática.

Tema Técnico: O tema técnico é aquele que o examinador busca do candidato apenas conceitos sobre determinado tópico da disciplina. Na maior parte, não há um texto, apenas perguntas diretas. Atenha-se, pois, é importante citar todas (todas mesmo) as informações, exemplos e até conceitos conflitantes do tema. Se o tema versar acerca das disciplinas do Direito, aproveite para explicar a doutrina, jurisprudência, exemplos e, principalmente, a lei.

Estudo de caso: Parecido, em parte, com o Tema Técnico, este, fica mais fácil de identificar. Em regra, virá aliado a um texto narrativo/descritivo. Este texto exporá, além de uma história bem detalhada, informações sobre os personagens (se houver). Há temas de Estudo de Caso que pedem as minúcias da doutrina e de jurisprudência, outros apenas o tipo penal e aplicação da lei. Em ambos (técnico e estudo de caso), deve-se observar a interpretação fidedigna de cada tópico a ser abordado.

2 COMO A BANCA EXAMINADORA QUER O TEXTO

Cada banca tem seus pontos específicos em cada tipo de texto. No entanto, em regras gerais, as bancas buscam do candidato clareza, estrutura e argumentos pertinentes ao tema.

O erro contumaz dos candidatos é, notadamente, a falta de clareza. Nota-se que a estrutura comum todos sabem e não têm tanta dificuldade para aprender, porém, quando o concorrente não cria um esboço, com palavras chaves, as quais formam um roteiro de respostas às perguntas propostas, o texto fica “embolado”. Não se sabe se é resposta ou conceito; exemplo ou citação.

O que mais traz clareza ao texto são conjunções bem usadas. Mas não só isso, também, uma sequência lógica de informações, com clareza e firmeza nos argumentos.

Tenha como finalidade escrever um texto simples. Simplicidade não se confunde com falta de argumentos plausíveis. Um texto simples é, sobretudo, com um texto conciso. Concisão é a ferramenta usada pelo escritor (candidato) que vai direto ao ponto que o examinador requer da informação.

2.1 Quem é seu examinador

No livro A arte da guerra de Sun Tzu, o autor cita, diversas vezes, a importância de “conhecer seu inimigo”. Com relação à redação discursiva, seu inimigo é o examinador. Não devemos considerar o examinador como um inimigo, porquanto a função dele não é estritamente de nos reprovar, mas tão somente de nos avaliar. Convém, portanto, observar quem é ele. Seu examinador, em regra, é uma mulher com graduação em letras/português e necessariamente especialização (Pós-graduação (latu sensu) ou Mestrado, Doutorado (strictu sensu). “Professor, como você sabe?” Para concluir que é uma mulher, basta observar que a maioria dos estudantes de letras é do sexo feminino. “Ah, professor, então todos os examinadores de redação são mulheres” NÃO! Falei apenas que essa é a regra.

Continuando, se podemos presumir que seu examinador é uma mulher com formação em Letra/Português, e pós-graduação, é de se esperar que ela saiba muito sobre todos os aspectos estruturais e gramaticais do texto, entretanto ela pouco saberá do conteúdo.

Nos nossos recursos, não costumamos interpor contra aspectos gramaticais e de ortografia justamente por isso. No entanto, independentemente do texto, sempre entramos em favor do conteúdo e estrutura do texto.

Quando seu examinador vai corrigir os textos ela possui, em mãos, uma resposta padrão, na qual haverá informações que deverão existir no seu texto. Ele (ou ela) vai, simplesmente, corrigir os aspectos gramaticais e comparar seu texto ao padrão de resposta. Assim, pode-se concluir que escrever de maneira muito rebuscada, com palavras arcaicas fará com que seu examinador não entenda bem (não estou desmerecendo o conhecimento do examinador, mas não se pode esperar que o professor de língua portuguesa saiba acerca do disciplinas do Direito, por exemplo).

2.2 Quantas redações cada examinador corrige por concurso

Não há uma equação exata quanto à quantidade, no entanto, pode-se imaginar que sejam centenas e até milhares. Imagine você, com mil textos para analisar, verificar erros ortográficos e comparar o conteúdo, como você vai corrigir sua 999ª redação? Será que com o mesmo vigor que corrigiu as primeiras 100?

Caro aluno, não estou aqui criticando banca “x” ou “y”, mas devemos entender que o ser humano tem um limite de desgaste mental, e o seu examinador receberá uma quantidade exorbitante de textos para avaliar. Você conseguiria corrigir com a mesma excelência, da primeira até a última redação? “Ah, professor, mas há bancas que têm dois corretores, e isso diminui erros” Concordo, concordo mesmo, mas ainda são poucas as que fazem.

Portanto, sabendo que sua examinadora, em regra, será uma mulher, e lembrando que mulheres, no geral, são mais detalhistas e criteriosas, sua atitude, a partir de agora, principalmente aos candidatos homens (rs), será de muito treino, com, pelo menos, um texto por semana. “Nossa, professor, um texto por semana é muita coisa” Ora, quantas questões objetivas você treina por semana? 100, 300, 500? Vai deixar de lado a segunda fase do seu concurso? Faça sua parte.

2.3 Por que existe redação em concursos

Inicialmente, vale lembrar que, independentemente do cargo que você pretenda ocupar, seja policial, administrativo ou em tribunais, em algum momento você precisará se relacionar com um colega ou, até mesmo com outro órgão, e este relacionamento será feito por um documento oficial digitado ou, às vezes, escrito à mão. Então, pergunto-lhe: “Se as informações que você escrever não forem corretas e diretas, como será a interpretação do seu colega?”.

Ademais, a redação é uma forma de expressão de uma arte. O autor precisa criar uma estrutura de informações, muitas vezes, sobre tema relevante, e posicionar-se. Com isso, a Administração Pública consegue mensurar a capacidade de impessoalidade do candidato, para exercer seu cargo público com isonomia e sem preconceitos.

3 PRINCIPAIS ERROS DOS CANDIDATOS

Prolixidade: Prolixidade, de modo simples, significa falar muito, mas dizer pouco. Quando for iniciar seu texto, tenha em mão palavras-chaves as quais serão conceituadas e exemplificadas. A prolixidade é causada, principalmente, pela falta de um esboço (gama de palavras-chaves) e roteiro (sequências das ideias a serem apresentadas).

Dificuldade para interpretar a proposta: Nós, povo brasileiro, somos chamados, por vezes, de “analfabetos funcionais”. O analfabeto funcional é aquele que lê e escreve, no entanto, quando lê, não tem capacidade para interpretar o que se pede. Vamos a um exemplo:

Papiloscopista PF/2018 “redija um texto dissertativo acerca da entrada de imigrantes no Brasil, discutindo estratégias para a prevenção de crimes e de violências envolvendo imigrantes no país, tanto na condição de agentes quanto na de “vítimas”.

O principal erro no que concerne à interpretação é responder apenas algumas perguntas ou pior, não entender o que foi pedi. A título de exemplo, há alunos que escreveriam, sobre este tema, apenas os problemas causados pela imigração, mas esqueceriam das estratégias de prevenção.

3.1 Vínculo emocional com o tema

Imagine que o tema do seu texto seja acerca da violência doméstica ou familiar e você, candidato(a), quando criança, tenha presenciado variadas cenas de humilhação e agressões contra sua mãe. De maneira sincera, fica bem difícil ser imparcial com uma experiência dessas. Porém, o candidato deve analisar o tema de modo extremamente imparcial, colocando-se como um “agente público” diante daquela situação.

Por meio de muito treino, é possível, sim, que você tem contato com qualquer âmbito de tema, mas, do mesmo modo, consiga discorrer de maneira isonômica.

3.2 Não saber o que escrever

Não é incomum acontecer de você chegar ao tema e simplesmente “travar”. Lembro-me, em 2015, quando prestei um concurso da Polícia Civil, no qual havia o tema acerca de “Inovações tecnológicas na investigação policial”. Confesso que travei. Em seguida, comecei a escrever todas as palavras chaves relativas ao tema.

Tendo-as escrito, voltei à prova objetiva, e resolvi. Ao meio da prova (técnica que ensino aos alunos em sala), voltei para a redação e comecei a abrir subtópicos importantes relativos a cada palavra-chave que eu havia escrito no início. Fiz o texto e tive a 26ª maior nota do concurso: 9,7.

Não há certeza sobre o assunto que será cobrado, mas no geral, você, que está estudando bem, sempre vai saber algo acerca do tema.

Pensamos “não sei nada do tema” quando alguma das perguntas não conseguimos responder imediatamente ao ler, ledo engano.

De acordo com a Neurociência, estudos feitos por cientistas americanos comprovam que ao lermos uma informação, nossas “sinapses cerebrais” fazem um comparativo da informação lida com a experiência já vivida relativa ao assunto. No entanto, aos poucos, seu cérebro vai se recordando, vagamente, de “flash” de reportagens, aulas e conversar que já teve sobre. Então, não pense que ao ler o tema, sem saber o que responder, tudo está perdido. Dê um pouco mais de tempo ao seu cérebro. Com certeza há boas informações, você só precisa aguardar seu cérebro se recordar.

3.3 Muita informação sobre o tema

Estamos na era da informação. Neste exato momento, se você quiser saber sobre qualquer assunto, basta acessar à internet, e você terá tudo acerca de um tema. Apesar de esse excepcional momento pelo qual a sociedade passa, às vezes há informações mentirosas, outras vezes há informações sem fundamento, o que causa muita dúvida.

Na redação, há candidatos excêntricos que, saber todas as nuances do tema, aí vem o problema. Saber demais é um ponto positivo, mas erro vem em querer falar tudo, mas ao mesmo tempo não se fala nada.

Quando, portanto, você se deparar com um tema de que saiba detalhes, foque naquilo que se pergunta, nada mais nada mesmo. Responda, de maneira fiel, a cada tópico solicitado. Caso haja espaço para discorrer sobre os detalhes, escreva.

3.4 Medo

Sempre afirmarei que o medo existe e é um sentimento bom, porquanto preserva a vida. Porém, no caso de uma prova de concurso, sobretudo, redação, o medo nos trava.

Para diminuir o medo, transformando-o em coragem, é preciso treino, muito treino.

O medo tende ser extirpado de tal forma que ao saber que haverá redação discursiva no seu certame você se sinta feliz, porquanto sua autoestima está elevada.

O treinamento deve ser feito com dezenas de provas anteriores, com os temas mais recorrentes, a fim de entender como as bancas cobram para cada carreira e cargo. Só assim será possível perder o medo e enfrentar a redação.

3.5 Pouco tempo para escrever

Este é um problema comum para alunos que não fizeram muitos simulados. Em minhas aulas, indico que o aluno faça o texto, sempre, no meio do tempo estipulado. Por exemplo, se a prova tem 4h de duração, ao marcar 2h, pare onde estiver na parte de questões objetivas e comece seu texto.

Sei bem que muitos alunos gostam de fazer o texto ao final do tempo, pois pensa “professor, eu preciso garantir a parte objetiva, do contrário, de que adianta gabaritar a redação e não ser aprovado na mais importante?” Concordo, em partes.

Caso você tenha menos de 1h para fazer seu texto, não haverá rascunho. Você deverá escrever seu texto, partindo dos tópicos que aprendeu em nosso curso, diretamente na folha.

Sei que você tem medo de errar tópicos gramaticais etc., mas vai perceber, com o tempo, que são de relevância menor.

3.6 Não treinar temas já propostos

Em todas as minhas turmas, antes de iniciar a aula, pergunto: “Quantos aqui fizeram um texto nos últimos 30 dias?” Observo, sem medo de errar, apenas 5% dos alunos levantam a mão. Se eu fizer a mesma pergunta no que concerne às objetivas, cada um fez, por semana, a depender da banca, 300 questões.

Quando você não treina os últimos temas, dá oportunidade para o inesperado. Na prova do MPU/2013, 70% dos candidatos reprovaram na discursiva. Conheço uma candidata que obteve, na objetiva, 105/120 pontos (ressalto, cespe/cebraspe), mas reprovou na discursiva.

Minha maior intenção, como professor, é de promover a atenção ao treinamento e valorização da redação.

Sei que muitos alegam que não treinam por não ter alguém que corrija, mas você tem alguém para corrigir. Basta observar seus colegas com o mesmo foco. Escreva o texto e entregue a eles para que corrija. “Mas professor, eles não sabem corrigir bem a gramática”, sim eles precisam saber do tema. Outra fórmula é entrar em contato com nossa equipe e fechar um pacote com muitos textos.

4 TIPOS DE TEMAS

4.1 Específicos

Na maioria das vezes, são temas que têm relação com a atividade-fim do cargo.

I. TÉCNICOS OU QUESTÕES DISCURSIVAS:

Neste caso, a banca traz uma questão objetiva que cobra conhecimentos da lei e doutrina, meramente teórica. Logo, deve-se observar, sobretudo, a legislação, doutrina e jurisprudência.

Exemplo: Fale acerca do princípio do “Nemo tenetur se detegere” atinente ao Direito Processual Penal e à Constituição Federal de 1988.

II. ESTUDO DE CASO/SITUAÇÃO PROBLEMA:

A banca examinadora cita uma história, geralmente, com personagens e ações. Ao final, há perguntas sobre as ações e possível punição ou enquadramento legal para elas, ressaltando a lei, jurisprudência e doutrina.

Exemplo: José, de 23 anos, após ingerir bebida que, por não saber, tinha medicamento alucinógeno colocado por João, desferiu facadas, em um bar, contra o proprietário, o qual veio a óbito no local.

- a. Em qual tipo penal José poderia ser enquadrado?
- b. Há possibilidade de José responder pelos atos praticados?
- c. João responderá por qual crime? O crime é hediondo?

4.2 Temas de Atualidades

Tratam de informações relevantes no contexto, notadamente, de atividade do próprio servidor. É comum, em concursos de tribunais, tratar de temas atinentes à justiça, e policial, de segurança pública. Em regra, há um texto, meramente motivador, falando sobre reportagem relativa à situação.

Exemplo: Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da entrada de imigrantes no

Brasil, discutindo estratégias para a prevenção de crimes e de violências envolvendo imigrantes no país, tanto na condição de agentes quanto na de vítimas. (PF/Papiloscopista/2018)

4.3 Reflexivos

Um dos tipos temáticos com maior complexidade. Geralmente, esse tipo de tema é encontrado nas provas da banca Fundação Carlos Chagas, mas isso não quer dizer que o Cespe não tenha temas como esse.

São temas que fazer o candidato, algumas vezes, travar. Esses temas têm o condão de trazer uma mudança interna por meio da reflexão. Em temas de vestibulares e Enem também são comuns.

Exemplo: (Humor e liberdade de expressão)-Analista Judiciário.

4.4 Detalhamento dos Temas Tese

A forma como o autor aborda o tema. Algo que o autor busca provar.

4.5 Problemas

Geralmente aparecem de maneira genérica. São tópicos que deverão ser explorados e detalhados. Às vezes, aparecem de maneira sequenciada; independentemente, deve ser respondido e, sobretudo, ao final, nos últimos parágrafos, solucionados.

4.6 Argumentos

Serão os fatos, exemplos, informações, citações sobre o tema que fortalecerão seu posicionamento. Quando ler “posicionamento”, jamais pense em “sua opinião”, mas em afirmações e contexto que corroborem suas informações, concluindo de maneira clara e aceitável.

4.7 Texto motivador

Há professores que dizem ser uma parte totalmente dispensável. Discordo. O texto motivador serve, justamente, para criar um “brainstorming” (chuva de ideias) em sua mente acerca do tema. Isso leva o candidato a explorar, de maneira mais aberta, o tema, trazendo ao seu texto informações relevantes que a maioria, talvez, não pensaria. Não o dispense. Analise-o e explore-o. Mas não cometa o “pecado capital” do plágio, isto é, cópia sem citação. Entretanto, vale lembrar que você pode parafrasear (escrever com outras palavras).

4.8 Parágrafo

Deve ser constituído de início meio e fim. Possui introdução, desenvolvimento e conclusão. Pode-se dizer que cada parágrafo é um minitexto, isto é, deve ter a tese, os argumentos e conclusão. Lembre-se de usar conjunções para trazer a clareza aos parágrafos.

4.9 Dissertação

Dissertar significa escrever sobre determinado tema. Na estrutura da dissertação há, em média, de 4 a 6 parágrafos divididos em introdução, desenvolvimento e conclusão.

4.9.1 Introdução

A introdução deve conter, se possível, um conceito básico do tema, de maneira que retome um fato histórico relevante sobre aquela informação. Imagine que na introdução haverá, sobretudo, a busca do contexto histórico do assunto. Em seguida, faz-se relevante citar os tópicos que o seu examinador solicitou para ser tratado. Os alunos temem a introdução porquanto querem escrever algo que “encha os olhos” do corretor, mas ressaltar, não é a prioridade.

Busco, inicialmente, em nossas aulas, usar o princípio minimalista: menos é mais. Logo, na sua introdução, cite um conceito simples, junto com o contexto histórico do tema, por fim, cite os tópicos que serão esmiuçados no texto.

Exemplo: A mulher, desde os tempos antes de Cristo, [contexto histórico] fora tratada apenas como objeto sexual [conceito simples]. No entanto, [ideia oposta] atualmente [contexto atual], elas têm ganhado espaço para direitos que por séculos foram [problema implícito] injustos. Nesse contexto, é possível falar: [citação dos tópicos solicitados pelos temas] (1) desigualdade de salários, violência doméstica e (2) familiar, possível (3) solução para as desigualdades e injustiças.

4.9.1 Desenvolvimento

Geralmente, utilizando-se de 3 parágrafos, o desenvolvimento traz conceitos, exemplos, e informações contundentes. É necessário citar autores, obras, leis, doutrinas, reportagens sobre tudo aquilo que corrobora cada um dos tópicos. Além disso, citar exemplos de situações deixa o texto com um entendimento ainda mais simples e empático, o que leva o leitor a sentir-se parte do texto. Cuidado para não pecar pelo excesso. Seja conciso e direto. Lembre-se de que cada um dos, em média, 3 parágrafos terão, em tese, uma estrutura semelhante. Vale lembrar, ainda, que cada parágrafo de desenvolvimento deve conter início, meio e fim, com uso de conjunções (conectivos).

Exemplo: A liberdade de expressão, prevista na Constituição Federal, art. 5º, (conceito) é direito de todos. Atualmente, (exemplo) os principais profissionais ligados a esse direito são os jornalistas, que o desempenha muito bem. Entretanto, (situação problema) a restrição desse direito apenas a esse profissional leva o cidadão leigo a uma “mordaca”.

4.9.2 Conclusão

A conclusão da dissertação tem três subtópicos, quais sejam: retomada ou problemática e solução (se for argumentativa). Na retomada, o estudante usará, sempre, sem exceção, conjunção conclusiva, como por fim, logo, portanto etc., seguida de vírgula. Em seguida, usa-se uma frase que resuma o principal tópico do texto. Logo após, vem a frase de retomada.

Na retomada, é interessante que o autor (candidato) do texto cite um ou dois conceitos ou exemplos citados anteriormente no texto, porém parafraseando-os.

A problemática vem, se o texto for argumentativo, junto com a retomada, contrariando ou citando exceções.

A solução, somente se for dissertação-argumentativa, tem o condão de resolver a problemática. Atenha-se que a solução não pode, jamais, ser simples e aberta. Deve haver detalhes na efetivação da possível melhora de tal situação. Sua nota será majorada quanto mais for as nuances usadas.

Exemplo: Portanto, [retomada] nota-se que o princípio da publicidade tem aplicação em todos os poderes e em todos os entes da federação. Contudo, [problemática] tal divulgação irrestrita pode trazer problemas irreparáveis, notadamente na seara da justiça. Assim, [solução] é indispensável que o legislador, sobretudo, federal, crie normas mais específicas acerca da publicidade.

Como exemplo [solução detalhada], deve haver critérios subjetivos para a divulgação de remuneração de servidores que tenham funções atinentes aos crimes organizados. Além disso, se possível, retirar da lista de servidores o nome daqueles que estejam infiltrados ou participando de investigação de grandes valores, preservando a integridade deles.

5 APRENDENDO A DISSERTAR

5.1 Ler

Na boa, ler é “chato pra caramba”. Chegamos à era do YouTube. Nada se lê, a tudo se assiste.

Até meus 19 anos, nunca havia lido, sequer, um livro, na minha vida. Isso mesmo, nem aqueles obrigatórios ao vestibular. Meu primeiro livro foi do lendário, Napoleon Hill, Quem pensa Enriquece, simplesmente porque era um assunto que me chamava a atenção. Anos depois, acompanhando as palestras, pelo YouTube, de um físico italiano chamado Pier Luigi Piazzi, ele dizia “você pode até levar um cavalo para a beira do rio, mas não pode forçá-lo e beber a água... você precisa deixá-lo com sede”. Percebi que não adiantaria mandar você, aluno, ler obras “x” ou “y”, na verdade, precisava deixar você com vontade de ler, inicialmente, sobre o que você, de fato, gosta, depois a gente pensaria em direcionar a leitura para algo específico.

Eu, por exemplo, gosto de ler sobre coaching, psicologia, alta performance, bíblia, alimentação e atividade física. Tenho dezenas de livros sobre esses assuntos. Porém, conforme fui aprimorando meu gosto, comecei a ler, também, livros de direito, além de temas de atualidades, tendências em temas de atualidades.

Portanto, não tente ler o que te mandam, leia sobre o que você gosta. Depois, quando perceber a necessidade (você vai perceber), leia acerca daquilo que pode ser conteúdo no seu certame. Com o tempo, você vai perceber que informações de vídeos

e televisivas já não te chamam a atenção, e você dará mais ênfase ao que é escrito e fundamentado, não o achismo que alguém cita num vídeo. Seu texto vai melhorar paulatinamente.

No entanto, se você já ama ler, invista em leituras de leis, notadamente, da Constituição Federal de 1988, além de informações de atualidades e leis atinentes ao seu cargo e atuação.

5.2 Escrever

Seguramente, a estética textual é algo que encanta todo examinador. Nos textos em que eu gabaritei, e nos dos meus alunos, é notável que há uma estrutura e limpeza textual.

Não há necessidade de sua letra ser de forma ou cursiva, não há especificação. No entanto, revelo que ela tem de, por obrigação, ser bem legível. Letra legível é aquela que, independentemente da pessoa que a leia, leiga ou instruída, consiga entender cada palavra.

Logo, treine escrevendo. Muitos estudantes usam apenas materiais online (o que considero bom, mas a produção de um resumo deve ser à mão (a neurociência explica inúmeros motivos), principalmente porque assim você estará treinando e aperfeiçoando sua caligrafia. Ressalto, sobretudo, esse treino aos homens.

5.3 Conhecer a Banca

5.3.1 CESPE

A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir:

- a. A apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (NC), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de 20, 30 ou 40,00 pontos;
- b. A avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: ortografia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
- c. Será computado o número total de linhas (TL) efetivamente escritas pelo candidato;
- d. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida no caderno de provas;

A avaliação da banca CESPE costuma ser dividida em: 95% para o conteúdo; 5% para estrutura, coerência coesão e aspectos gramaticais.

5.4 Interpretar a o enunciado

Independente da banca examinadora, o que mais leva o bom candidato a reprovar na redação é o erro ao interpretar os tópicos solicitados.

Mas, acredite, não culpe o candidato. Na verdade, a banca, diversas vezes, pede algo um pouco subjetivo, mas espera muitas peculiaridades dos alunos.

Exemplo: Direitos Humanos e Democracia na Constituição Federal de 1988 (Agente/PF: 2018)

O candidato comum vai falar sobre os aspectos constitucionais relativos à democracia e aos direitos humanos ligados à Constituição. Ele está certo? Sim, mas não por completo! É necessário trazer um contexto histórico sobre o tema, sobretudo, relativo ao motivo do surgimento dos Direitos Humanos até a atual conjuntura, além de citar exemplos de desrespeito aos direitos.

5.5 Roteirizar

O verbo é de uma ação, o qual cria uma sequência de situações. Assim como num filme, ou em uma novela, seu texto deve ter uma sequência lógica.

A roteirização é uma sequência que o autor do texto cria antes mesmo de escrever o rascunho.

Exemplo: O problema do transporte público (CESPE).

Roteiro: Definição de transporte;

Diferenças entre o transporte público e privado;

Problemas do transporte público;

Solução (detalhada) para o transporte público.

Exemplo: Drogas: problema da saúde pública ou da segurança pública.

Roteiro: Definição de drogas, principais tipos de droga;

Raiz do problema: falta da educação;

Droga: como problema de saúde pública;

Droga: como problema de segurança pública;

Possíveis soluções para a diminuição do uso de drogas;

5.6 Rascunhar

Indico, sempre, aos alunos, que evitem produzir rascunho. Aprendi, com o professor Eduardo Sabbag (Doutor em Língua Portuguesa), que o rascunho restringe informações importantes. Quando puder, compare seu rascunho com seu texto definitivo. Você vai perceber, notavelmente, que seu rascunho tem milhares de informações mais importantes, as quais, talvez, sequer foram citadas no texto definitivo. Ressalto, novamente, que, sem exceção, todas as bancas buscam um texto, principalmente, com informações relevantes. Erros ortográficos fazem parte de um texto com muita informação. Apegue-se a redigir textos com muita informação precisa, mas não perfeito, no tocante à gramática. Lembre-se, menos é mais!

Portanto, evite, nos treinos, rascunhar, mas se o fizer, cuidado para não retirar informações. Ah, lembrei, o professor Sabbag falava, também, que o medo de escrever algo irrelevante ou incerto sempre vai nos consumir, seja numa prova da magistratura ou para um cargo simples, mas é nesse medo que reside o pior dos erros, o qual, ao passar para a folha definitiva, diz à sua mente “você tem certeza que vai colar essa citação/artigo/lei? Você nem se lembra bem” (esse é seu cérebro conversando com você, rs). Daí, você simplesmente retira-o, mas eu te informo que logo isso seria o que deixaria o examinador boquiaberto. Confie nos seus argumentos. Ora, você estudou.

5.7 Revisar

Revisar faz parte de uma reanálise do que já foi escrito. Vejamos seus detalhes:

5.7.1 Parágrafo

A revisão de cada parágrafo deve ser feita logo após sua escrita. É nesse momento que o candidato pode perceber os erros de concordância, vírgula e acentuação. Além disso, é possível, também, o uso de conjunção aditiva para citar informação relevante que havia sido esquecida.

5.7.2 Texto

Revisar o texto é mais abrangente, envolvendo aspectos macroestruturais, como estrutura e sequência das informações.

5.7.3 Passar a limpo

Este é o momento de “finalizar a obra de arte”. Sim, escrever é uma arte. Neste momento, como dito, evite retirar informações de que tenha medo serem irrelevantes ou imprecisas. Aposte nos seus estudos, e escreva com ousadia tudo aquilo de que sabe ser um diferencial para sua nota.

5.7.4 Argumentação

Argumentação, de acordo com Ingedore Koch (Escrever e Argumentar, 2017, p, 24) argumentação é o resultado textual de combinação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta contruir, de um ponto de vista racional, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva.

A definição professora Ingedore é impecável. Ademais, vale ressaltar que a argumentação deve se pautar em informações de diferentes fontes, o que demonstra no autor enorme gama de informações irrestritas apenas a um âmbito.

5.7.5 Tipos de argumentação contextualizar

Em regra, é mais utilizado na introdução, na qual o aluno vai trazer ao texto um conceito relativo a acontecimentos ou situações que envolvam o tema no cotidiano, ou no historicamente.

Exemplo: [Contexto histórico] Desde os tempos bíblicos, o judiciário já se fazia presente, com decisões superiores às quais a sociedade respeitava. O Poder Judiciário tem atuação em vários âmbitos da sociedade, entre eles: saúde, bens e direitos. (Tema: O poder do Poder Judiciário - Criado pelo professor)



5.8 Aspectos Ortográficos

ERROS ORTOGRÁFICOS / ESTRUTURA

L

Vírgula(,), ponto final(.), ponto e vírgula(;), travessão(-) ou dois pontos(:).

Acentuação: acento agudo acento circunflexo (x)

Crase

Separação silábica;

Letra maiúscula ou minúscula indevida;

Ultrapassou ou tocou a margem;

Colocação de siglas;

Sentido

Repetição

Letra ilegível

Ortografia

Mau uso das conjunções; ausência do uso das conjunções.

Uso informal do padrão culto da língua portuguesa

Concordância verbal/ Nominal

Estrutura/Conjunção

Distância inicial do parágrafo: (x) menos de 2,5cm / () mais de 2,5 cm

Colocação pronominal (me, te, se, que, lhe)

6 ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS

Antes de escrever, dever responder às seguintes perguntas:

Eu vou escrever sobre o quê? Qual o tema ou assunto?

O que eu pretendo? Qual é o objetivo da minha escrita?

A quem dirijo a escrita? Quem é o meu leitor?

Em que situação nos encontramos meu leitor e eu? Qual é a situação que envolve a mim (escritor) e meu leitor?

O que eu sei que meu leitor já sabe e, portanto, não preciso explicar?

O que eu sei que meu leitor não sabe e, por isso, preciso explicitar?

6.1 Introdução

Introdução: (faltou): o que você deve melhorar no próximo texto

L

Tópico frasal: Frase conceituando como o tema era no passado;

Tópico frasal: Frase explicando como o tema ocorre atualmente;

Conjunção conclusiva após o tópico frasal: Assim; Logo, Desse modo, portanto; Sobre o assunto;

Pronomes que citarão os tópicos abordados: “podemos falar sobre”; “é necessário discorrer acerca de”;

Citar cada um dos (TQSA) tópicos que serão abordados; Erros mais comuns numa redação

6.2 Erros que mais reprovam na redação

Letra feia (ilegível);

Falta de organização dos assuntos;

Ausência do uso das conjunções;

Não fazer uma “Chuva de Ideias”;

Ausência de citações;

Ausência de exemplos do tema;
Solução com “políticas públicas” sem detalhar;
Deixar a redação para o final da prova;
Má interpretação do tema;
Não revisar os parágrafos;
Usar errado: Onde/Aonde; Através/Por meio/; Há/A;
Não concordar o sujeito com o verbo;
Usar frases na ordem indireta;
Não treinar redação;
Estudar apenas lendo ou digitando;
Fazer simulados sem redação;
Escrever muito errado nas mídias sociais;
Não ter textos corrigidos por um professor;
Deixar as ideias desorganizadas;
Mau uso das vírgulas;
Uso dos: “Porque, Porquê, Por que, Por quê”
Usar frases na primeira pessoa;
Pensar que gramática é a parte mais importante;
Escrever palavras rebuscadas e errar coisas simples;
Fazer rascunho perfeito e redação simples;

7 EM QUAL MOMENTO DA PROVA DEVO FAZER MINHA REDAÇÃO?

- a. Ao receber o caderno de provar, leia o tema da redação;
- b. Folhei toda a prova como um jornal, sem compromisso;
- c. Inicie pela matéria de que mais gosta;
- d. Após ter feito 50% a 60% das objetivas, leia, novamente o tema da redação;
- e. Vá ao banheiro, lave o rosto, alongue as penas. É necessário.

- f. Volte para a sala e inicie seu texto;
- g. Reserve 1h30 para redação;
- h. Faça simulados aplicando essa técnica.

7.1 Como organizar o texto?

Chuva de ideias;

Observar os tópicos;

Pensar nas palavras-chaves;

Refletir sobre o tema e suas variadas formas.

Escolhendo: Palavras e frases;

- Escolha palavras mais vinculadas ao tema;
- Escreva as palavras que têm vínculo ou não com o tema;
- Para cada tópico, escreva, no mínimo, de 10 a 15 palavras;
- Selecione, dentre as palavras escritas, apenas 5 palavras mais importantes;
- Faça a separação por parágrafos.

Separando as informações por parágrafos

- Cada parágrafo deverá abordar somente um tópico;
- Escreva as palavras de maneira dividida;
- Além das palavras, escreva, também, frases pequenas sobre o tópico.

COMO ORGANIZAR O TEXTO?

Exemplos de organização dos parágrafos

“Preservação do ecossistema: responsabilidade do estado, da sociedade e de cada cidadão “

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a. Relação entre os cuidados com o meio ambiente e a preservação das condições sanitárias; [valor: 12,00 pontos]

- b. Atitudes individuais que podem reduzir os efeitos da ação humana sobre o planeta; [valor: 13,00 pontos]
- c. Formas de atuação da sociedade para que os governos cumpram compromissos relacionados à preservação ambiental. [valor: 13,00 pontos]

COMO ORGANIZAR O TEXTO?

Exemplos de organização dos parágrafos

“ Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça). “

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a. Desenvolvimento sustentável e suas dificuldades enfrentadas [valor 9,00 pontos]
- b. Discorra sobre as queimadas, vazamento de óleo no litoral e desmatamento [valor 10,00 pontos]
- c. Ações que visem ao respeito ao Meio Ambiente [valor 10,00 pontos]

COMO ORGANIZAR O TEXTO?

Exemplos de organização dos parágrafos

“Transportes no Brasil”

“O medo de não voltar das viagens de carro/ônibus”

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a. Discorra sobre o crescente número de acidentes nas rodovias; [valor 9,00 pontos]
- b. Principais causas dos acidentes; [valor 10,00 pontos]
- c. Ações que visem a minimizar acidentes fatais e imprudência; [valor 10,00 pontos]

COMO MONTAR UMA INTRODUÇÃO

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

“O cerco às armas como estratégia de combate à violência”

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a. Percepções diversas acerca das armas, de instrumento de proteção a símbolo de morte e destruição; [valor: 13,00 pontos]
- b. Efeito educativo pretendido com a proibição da venda de armas de brinquedo; [valor: 13,00 pontos]
- c. Limitações de uma medida legal como a proibição de venda de armas de brinquedo. [valor: 12,00 pontos]

COMO MONTAR O TÓPICO FRASAL (FEMINICÍDIO / prof. Hansk /2019)

Padrão de Resposta

[INTRODUÇÃO - história] A mulher teve um tratamento diferenciado desde o princípio do mundo, por exemplo na Bíblia, e atualmente na Legislação Penal Brasileira. Nesse contexto, é possível citar [TÓPICOS QUE SERÃO ABORDADOS] as leis que tratam da diferenciação da mulher para o homem, o crescimento do homicídio e da violência contra a mulher e a possibilidade de um melhor tratamento sobre o assunto.

EXEMPLOS DE TÓPICO FRASAL (CULTURA DO DF PCDF/ prof. Hansk /2019)

Padrão de Resposta

[INTRODUÇÃO] A cultura é definida pela forma como indivíduos desenvolvem seus costumes e rotinas. Ao se falar da cultura de Brasília, é indispensável citar:

- a. [TÓPICOS QUE SERÃO ABORDADOS] os preceitos legais, música, cinema, arte e dramaturgia.

EXEMPLOS DE TÓPICOS QUE SERÃO ABORDADOS (CESPE/2016/ANVISA/TECNICO ADMINISTRATIVO)

“Preservação do ecossistema: responsabilidade do estado, da sociedade e de cada cidadão “

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a. Relação entre os cuidados com o meio ambiente e a preservação das condições sanitárias; [valor: 12,00 pontos]

- b. Atitudes individuais que podem reduzir os efeitos da ação humana sobre o planeta; [valor: 13,00 pontos]
- c. Formas de atuação da sociedade para que os governos cumpram compromissos relacionados à preservação ambiental. [valor: 13,00 pontos]

8 EXEMPLO DE MÁSCARA DA REDAÇÃO

EXEMPLO DE MÁSCARA DA REDAÇÃO

Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre
decorrentes. Nesse sentido, é necessário discorrer sobre
e
e

[INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO] Desde o apogeu da terceira revolução industrial, surge no meio urbano e industrial a necessidade da substituição de energias poluidoras por energia limpa, a fim de preservar o ecossistema mundial. [TÓPICO FRASAL] Nota-se, hoje, a continuidade da importância da preservação ambiental concomitante com a produção material, uma vez que cabe a humanidade a inserção de medidas e ações cotidianas que visem a proteção do meio ambiente. Sobre essa ótica, é válida a análise de tais aspectos: [TÓPICOS] responsabilidade do Estado [1], da sociedade [2] e dos cidadãos [3] nos meios de proteção ambiental.



EXEMPLO DE MÁSCARA DA REDAÇÃO

Ao observar a história, fica claro que a população já passou por muitas dificuldades devido à (ao) _____.
Portanto, é imprescindível discorrer acerca do _____,
_____ e _____.

“Idade penal no Brasil.”

Considerando que as informações precedentes têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema. A RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL Em seu texto, posicione-se, de forma clara e fundamentada, a respeito da redução da maioridade penal [valor: 3 pontos] e discuta os seguintes aspectos:

- a. Proteção da criança e do adolescente pelo Estado; [valor: 2 pontos]
- b. Redução/aumento da violência e tratamento dos adolescentes em conflito com a lei como adultos; [valor: 2 pontos]
- c. Papel do poder público na elaboração de políticas sociais com potencial de reduzir o envolvimento de adolescentes com a violência no Brasil. [valor: 2,5 pontos]

EXEMPLO DE MÁSCARA DA REDAÇÃO

MEIO AMBIENTE

“Preservação do ecossistema: responsabilidade do estado, da sociedade e de cada cidadão”

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a. Relação entre os cuidados com o meio ambiente e a preservação das condições sanitárias; [valor: 3,00 pontos]
- b. Atitudes individuais que podem reduzir os efeitos da ação humana sobre o planeta; [valor: 3,00 pontos]

- c. Formas de atuação da sociedade para que os governos cumpram compromissos relacionados à preservação ambiental. [valor: 3,5 pontos]

EXEMPLO DE MÁSCARA DA REDAÇÃO

Nos últimos anos, muito se tem discutido sobre
decorrentes. Nesse sentido, é necessário discorrer sobre
e seus problemas
,
e
.

9 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Antes de escrever, dever responder às seguintes perguntas:

- Eu vou escrever sobre o quê? Qual o tema ou assunto?
- O que eu pretendo? Qual é o objetivo da minha escrita?
- A quem dirijo a escrita? Quem é o meu leitor?
- Em que situação nos encontramos meu leitor e eu? Qual é a situação que envolve a mim (escritor) e meu leitor?
- O que eu sei que meu leitor já sabe e, portanto, não preciso explicar?
- O que eu sei que meu leitor não sabe e, por isso, preciso explicitar?

Desenvolvimentos (faltou): o que você deve melhorar no próximo texto. §

Usar conceituar o tema de maneira mais clara e concisa;

Citar um exemplo fático do tema, esclarecendo como ocorre atualmente;

Usar citação de: Lei, Livro, Site, Jornais, Autores;

Usar pesquisas científicas, como: IBOPE, DATAFOLHA, IBGE, CODEPLAN.

Citar uma curiosidade, para aprofundar detalhes do tópico;

Citar um problema recorrente e atual;

Não tente resolver o problema nos parágrafos de desenvolvimento;

() Parágrafo muito longo (poucas linhas) / () Parágrafo muito extenso (muitas linhas)

10 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

10.1 O que é argumentação?

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. – 3ª ed. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 186)

Argumentar é:

1. Apresentar argumentos; aduzir os raciocínios que constituem uma argumentação;
2. Discutir, alterar;
3. Tirar ilações; deduzir, concluir;
4. Apresentar argumentos; sustentar controvérsias.

Ademais, argumento significa:

1. Raciocínio, indício ou prova pela qual se tira uma consequência ou dedução;
2. Indício, vestígio.

10.2 Informações sobre o tema

Especificação do tema;
Conhecimento do assunto;
Seleção de ideias distribuídas de forma lógica, concatenadas e sem fragmentação;
Apresentação de informações e fatos;
Opiniões pertinentes ao tema, com
Articulação e consistência de raciocínio,
Sem contradição,
Estabelecer um diálogo contemporâneo.

10.3 Estrutura temática do argumento

De acordo com a Mestre Lucília do Carmo Garcez – Professora Titular da Universidade de Brasília e autora do livro *Técnicas de Redação* -, para estabelecer a rede semântica e desenvolver o tema proposto, utilizam-se diversas formas de combinação e articulação entre as informações, constituindo, assim, o texto uma estrutura temática que transcende as frases e os períodos, mas que tem sua própria lógica construtiva.

10.4 Como convencer com os argumentos

Conforme Marcelo Paiva (*Redação Discursiva e Oficial*, 4ª Ed., 2017), a argumentação do candidato deve sempre fundamentar de maneira clara e convincente as ideias que apresentou na introdução. Paiva também observa (p. 77) que a argumentação é a estrutura textual que apresenta abordagem (ideia proposta), fundamento (embasamento ou justificativa para a abordagem) e conclusão.

10.5 Tipos de argumentos

Segundo Filemon Felix de Moraes, (Manual Prático de Redação, 2004, p. 65) são tipos de argumentação:

Enumeração (ponto um, ponto dois, ponto três etc.);

Causa/Consequência (denota motivo);

Exemplificação (com exemplos que comprovem as afirmativas);

Confronto (comparando seres, fatos e ideias; realçando as semelhanças e diferenças entre eles);

Definição (com uso de conceitos);

Dados estatísticos (com números e porcentagens)

Ordenação cronológica (tempo decorrido);

Interrogação (perguntas reflexivas);

Citação (lei, obra, autor, jurisprudência, doutrina);

Testemunha de pessoas ou entidades autorizadas (citar entidade ou alguém que tenha presenciado ou participado do fato)

Argumentação:

Enumeração (ponto um, ponto dois, ponto três etc.)

Argumentação:

Causa/Consequência (denota motivo);

Argumentação:

Causa/Consequência (denota motivo);

Argumentação:

Exemplificação (com exemplos que comprovem as afirmativas);

Exemplos:

Othon M. Garcia (Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar / Othon M. Garcia. – 14ª. ed. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 372) entende que exemplos são fatos típicos ou representativos de determinada situação.

Argumentação:

Confronto (comparando seres, fatos e ideias; realçando as semelhanças e diferenças entre eles;)

Argumentação:

Definição (com uso de conceitos);

Argumentação:

Dados estatísticos (com números e porcentagens)

Dados estatísticos:

Othon M. Garcia (Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar / Othon M. Garcia. – 14ª. ed. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 373) entende que dados estatísticos são também fatos, mas fatos específicos. Têm grande valor de convicção, constituindo quase sempre prova ou evidência incontestável.

Argumentação:

Ordenação cronológica (tempo decorrido);

Argumentação:

Citação (lei, obra, autor, jurisprudência, doutrina);

Citação

Para Aurélio, em Novo dicionário Aurélio da Língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. – 3ª ed. – Curitiba: Positivo, 2004, p. 477), o verbo citar é 1. mencionar ou transcrever como autoridade ou exemplo. 2. Mencionar o nome de; fazer referência a. 3. Referir ou transcrever (um texto) em apoio do que afirma.

Fazemos citações, para Ingedore Koch (Escrever e argumentar / Ingedore Villaça Koch, e Vanda Maria Elias. – 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2017. Pág. 47),

com o propósito argumentativo de fundamentar um ponto de vista, podemos copiar literalmente um texto ou parte dele (citação direta) ou dizer com nossas palavras, ou seja, parafrasear o texto fonte (citação indireta).

Citação direta:

Consoante Ingedore Koch (Escrever e argumentar / Ingedore Villaça Koch, e Vanda Maria Elias. – 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2017. Pág. 47), citação direta ocorre quando reproduzimos o que lemos (ouvimos). Nesse tipo de reprodução, é preciso usar aspas e indicar o autor.

Citação indireta:

Conforme Ingedore Koch (Escrever e argumentar / Ingedore Villaça Koch, e Vanda Maria Elias. – 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2017. Pág. 49), numa citação também pode ocorrer uma adaptação das ideias apresentadas no texto fonte, isto é, podemos dizer com nossas palavras ou parafrasear as ideias alheias. Quando isso acontece, a citação é indireta.

Argumentação:

Testemunho de pessoas ou entidades autorizadas (citar entidade ou alguém que tenha presenciado ou participado do fato)

Testemunho:

Othon M. Garcia (Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar / Othon M. Garcia. – 14ª. ed. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 373) aduz que o testemunho é ou pode ser o fato trazido à colação por intermédio de terceiros. Se autorizado ou fidedigno, seu valor de prova é inegável.

Conjunções de conformidade:

Conforme;

Consoante;

De acordo com;

Segundo;

Serão usadas para realizar a Citação
Exemplos de conjunção conformativa

Exemplos:

Fiz o bolo conforme ensina a receita.

Consoante reza a Constituição, todos os cidadãos têm direitos iguais.

Segundo atesta recente relatório do Banco Mundial, o Brasil é o campeão mundial de má distribuição de renda.

11 EXEMPLOS EM REDAÇÃO

Tema sobre Educação

[CITAÇÃO] O filósofo Rousseau trabalha nas suas obras a questão da origem das desigualdades, [TÓPICO FRASAL] as quais, no Brasil, possuem raízes ainda evidentes.[EXEMPLO] De acordo com do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), o Brasil ainda ocupa o topo no ranking de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o qual destaca, através dos parâmetros de educação, saúde e renda, a grande diferença social entre ricos e pobres. [CONSEQUÊNCIA] Pois o nivelamento social é ideal para a equidade social, a fim de que assim diminuam os abismos entre ricos e pobres, para melhorar a qualidade de vida a todos.

Tema sobre Segurança Pública:

[TÓPICO FRASAL] Muito se discute sobre a questão de a segurança pública passar a ser o principal desafio ao estado de direito no Brasil. [CITAÇÃO] Isso porque, o índice de crimes no Brasil apresenta-se ainda elevado, segundo o site de Justiça e Segurança Pública. [EXEMPLO] Tendo em vista este aspecto, vale mencionar a Carta Magna Brasileira, a qual elenca em seu texto o artigo 144, estabelecendo este a Segurança Pública como dever do Estado, bem como transcreve os órgãos responsáveis e suas respectivas funções frente a preservação da seguridade brasileira. Há ainda, a necessidade da atuação estatal com a maior e frequente contratação de profissionais de segurança, bem como investimentos no arsenal, valorização e treinamento dos

agentes. [CONSEQUÊNCIA] Em decorrência disso, a sociedade brasileira possui como direito a segurança pública, no entanto, carecem de políticas públicas destinadas a solucionar desafios relacionados à segurança.

Tema sobre Drogas:

[TÓPICO FRASAL] No que concerne ao problema social causado pelas drogas na contemporaneidade, houve o aumento do número de usuários de drogas seja qual for a classe social. Nessa perspectiva, [CITAÇÃO] é válido destacar a Lei de Drogas (Lei 11.343) a qual elenca em seu texto sanções e penas aos traficantes e a quem incentive o uso de drogas. [CONSEQUÊNCIA] Dessa forma, o elevado retorno financeiro gerado aos traficantes acarreta o adensamento da venda e número de usuários, corroborando com o aumento do crime organizado e criminalidade em diversas formas, bem como a desestruturação familiar e a elevação do número de pessoas com distúrbios psicológicos.

Tema sobre Meio ambiente:

[TÓPICO FRASAL] No que concerne ao surgimento do lixo eletrônico, [CONCEITO] nota-se déficit tanto no descarte adequado por parte dos usuários, quanto na falta de políticas legislativas de fiscalização e descarte dos resíduos eletrônicos. Isso porque, [CITAÇÃO] segundo teoria baseada nos fundamentos de Zygmund Bauman, a sociedade tornou-se líquida, ou seja, materiais são descartados de maneira desenfreada e imprudente, ocorrendo atualmente com smartphone, notebook e tablets, [CONSEQUÊNCIA] o que resulta no acúmulo de lixo eletrônico, extremamente prejudicial à sustentabilidade do planeta.

12 TEORIA DA CONCLUSÃO

Conclusão (faltou): o que você deve melhorar no próximo texto

L

No início da conclusão, usar uma conjunção conclusiva: Por fim; Assim; Logo; Portanto;

Retomar o tema de maneira conclusiva, esclarecendo com acontece atualmente;

Citar o problema principal do texto que ocorre atualmente;

Citar qual será a solução do problema;

Detalhar a solução: Como? Quando? Onde? Frequência? Para quem?

Citar o resultado da solução: o que vai acontecer após ocorrer a sua solução;

Não escreva soluções que já existem. Tente inovar, criando novas possibilidades;

12.1 O que os teóricos falam acerca da conclusão:

Consoante Marcelo Paiva (p, 103) a dissertação é um texto opinativo, isto é, um texto em que devem predominar suas opiniões sobre o tema. Paiva (p. 104), ainda sobre a dissertação, diz que se pode apresentar uma solução (quando abordagem permite) Para Ingedore Koch (Escrever e Argumentar, 2017, p. 208) “Na conclusão, observamos operadores argumentativos que assinalam a orientação argumentativa do enunciado que introduzem”. “Notamos que a síntese retoma o acontecimento descrito na introdução, acrescentando o que disso é esperado em termos de perspectivas futuras” (p. 210). Consoante Ingedore Villaça Koch (Escrever e Argumenta, 1. ed. 2017, p. 210) “Na conclusão, notamos que a síntese retoma o acontecimento descrito na introdução, acrescentando o que disso é esperado em termos de perspectivas futuras”. Conforme Ingedore Villaça Koch (Escrever e Argumenta, 1. ed. 2017, p. 210) “a conclusão também é composta na forma de solução (soluções) para o problema descrito na introdução”.

12.2 Como montar a conclusão

De acordo com o site Como fazer uma boa redação (<http://comofazerumaboaredacao.com> acesso em: **23/07/2018**) na conclusão ser uma retomada da discussão, mas de uma forma inovadora, que não se limita a repetições. Pode também ser usada para fazer advertências, uma análise crítica do tema discutido ou, até mesmo, fazer sugestões, caso o tema trate de um problema social, por exemplo.

Teoria da conclusão

De acordo com Filemon Felix de Moraes, (Manual Prático de Redação, 2004, p. 58) na Dissertação-argumentativa, o autor defende ideias, apresenta argumentação, adota um posicionamento.

Teoria da conclusão

Segundo Filemon Felix de Moraes, (Manual Prático de Redação, 2004, p.69), a conclusão é a parte final do texto, um resumo forte e sucinto de tudo aquilo que já foi dito. Além desse resumo, a conclusão deve expor claramente uma avaliação final do assunto discutido.

Tipos de conclusão

Segundo Filemon Felix de Moraes, (Manual Prático de Redação, 2004, p.69) na conclusão-retorno: volta a algo que já tenha sido apresentado no texto, podendo ser: Reafirmação: votando à tese, retornando ao conteúdo da introdução; Resumo: que volta aos argumentos.

Tipos de conclusão

Segundo Filemon Felix de Moraes, (Manual Prático de Redação, 2004, p.69) conclusão avanço: que vai além do que já está no texto. Esse tipo de conclusão pode ser elaborado em forma de solução ou de alerta. Conclusão Solução: indicação de um caminho viável para a solução de um problema, com cuidado de não tomar ares de profecia; Conclusão alerta: forma de chamar a atenção para algo negativo que poderá vir a ocorrer se não for tomada determinada atitude atualmente.

12.3 Como montar a conclusão

No início da conclusão, usar uma conjunção conclusiva: Por fim; Assim; Logo, Portanto; logo; pois (posposto ao verbo); portanto; assim; então; por isso; por conseguinte; por consequência; consequentemente; de modo que; desse modo; dessarte; destarte;

Exemplos de frases com orações conclusivas

Estou muito atrasada, **portanto** não espere por mim.

Paulo passou mal no emprego, **então** foi para casa antes do fim do expediente.

Não concordo com esta situação, **logo** não me quero envolver.

Não estive presente na reunião, não posso, **pois**, assumir responsabilidade pelas decisões tomadas.

Esta empresa prestou um péssimo serviço no meu casamento, por isso não a aconselho a ninguém.

Retomar o tema de maneira conclusiva, esclarecendo como acontece atualmente;

Policial: Problemas psicológicos e desamparo

[conjunção conclusiva] Portanto, **[retomada] diante das informações citadas, é possível concluir que um Estado Democrático de direito não pode existir se ausente de suas forças de segurança.** [problema] Apesar disso, os agentes que as compõem não têm um preparo, tão pouco auxílio psicológico. [SOLUÇÃO DETALHADA /PROPOSTA DE INTERVENÇÃO] Como solução para esse problema, a Secretária de Saúde deve criar um núcleo de apoio psicológico ao policial, além disso, deve haver, periodicamente, avaliação sobre suas aptidões psicológicas e cognitivas.

Citar o problema principal do texto que ocorre atualmente;

Preservação do ecossistema: responsabilidade do estado, da sociedade e de cada cidadão

Por derradeiro, [RETOMADA DO TEMA]nota-se a relevância da ação governamental em referência e precaução e resolução de problemas relacionados ao meio ambiente. Para solucionar esses problemas,[QUEM] cabe ao Poder Legislativo e Judiciário dos países atingidos [COMO] estabelecerem políticas de desenvolvimento de maneiras para prevenir a que as consequências dos fenômenos naturais atinjam a sociedade, [PARA QUE] de modo que introduzam tecnologias para instauração de sinalização e treinamento diante dos acontecimentos, para que, com isso, [RESULTADO

ESPERADO]as vítimas possam ser eivadas de respaldo que proporcionem segurança e direcionamento em relação aos casos em tela.

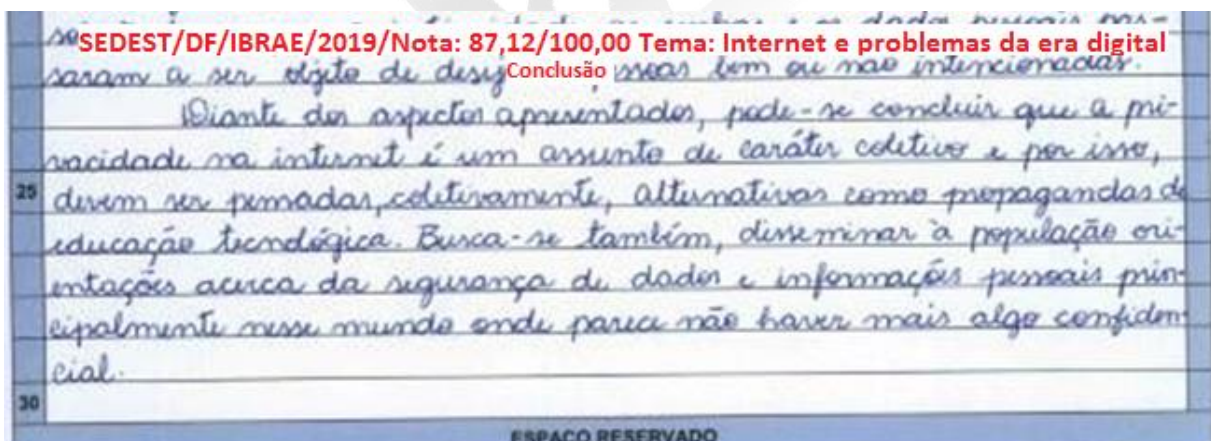
Citar qual será a solução do problema;

Implicações potenciais do uso de armas nucleares

[CONJUNÇÃO CONCLUSIVA] Desse modo, [VÍRGULA] Fica evidente, portanto, [RETOMADA DO TEMA] que medidas precisam ser impostas frente aos potenciais usos de armas nucleares. Para isso, [QUEM] é necessária a atuação do Conselho de Segurança Nacional, [COMO] com o objetivo de ampliar a fiscalização e medidas punitivas efetivas, por meio políticas públicas de segurança, bem como acordos de paz entre nações militarizadas, [PARA QUE] a fim de penalizar e criminalizar a manipulação de armas bélicas em alta ou baixa escala. [RESULTADO ESPERADO] Dessa forma, o sistema de segurança mundial poderá garantir a estabilidade e equilíbrio da paz internacional.

12.4 Detalhar a Solução: Como? Quando? Onde? Frequência? Para quem?

12.4.1 Detalhar a Solução: Como/Quem





	municípios com o (PMDf/2018/IADES) nota: 9,5 (Conclusão) chegam a autoridades policiais, formando-se o crime de cibergrafia, comissário a restrição.
24	Portanto, desde a economia, que as mulheres eram vendidas como produtos sexuais, vê-se que hoje ainda existe. Como delação, pode-se citar a teoria dos jogos
25	melhor quebrada, isto é, deve-se suprimir desde os crimes mais pequenos para que não se torne grande. Dessa forma, o PM deve patrulhar ostensivamente e distintamente, interação com a sociedade para evitar os pequenos assédios e consequentemente com estupro, garantindo o desenvolvimento saudável das crianças e a dignidade das mulheres.
30	

TEMA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA

[CONJUNÇÃO + VIRGULA] Diante do exposto, [RETOMADA DO TEMA] a educação possui bases sólidas na sociedade, porém, necessita de medidas que ampliem sua aplicabilidade e extensão. Para isso, é necessária a intervenção do [QUEM] Poder Legislativo, por meio do Ministério da Educação, [COMO] propor programas e estratégias que visem à fiscalização das necessidades escolares, bem como atuem na integração de toda a sociedade no âmbito escolar, [PARA QUE] para que a educação possa se tornar efetivamente democrática, de modo que os benefícios possam ser direcionados a todos os brasileiros.

12.4.2 Detalhar a solução: Retomada ao tema

TEMA: IMIGRAÇÃO

[CONJUNÇÃO CONCLUSIVA] É possível, por conseguinte, [RETOMADA DO TEMA] [PROBLEMA] perceber que a busca pela segurança internacional atinge cidadãos que buscam por qualidade de vida, e quanto às intenções criminosas. [SOLUÇÃO AO PROBLEMA] Nesse contexto, para resolver a prática criminosa com vista à moradia nos EUA, [QUEM] o governo brasileiro [COMO] deve investir em políticas públicas que fomentem a qualidade da moradia, emprego e segurança no Brasil, [PARA QUE] com o

fito de evitar a busca por outros países, como também, instaurar métodos de capacitação e tecnologia à Polícia Federal, a fim da fiscalização mais ampla quanto ao tráfico de drogas. [DETALHES DA SOLUÇÃO] Dessa maneira, com o estabelecimento adequado de tais medidas, a nação brasileira se sentirá mais segura e permanecerá em solo brasileiro.

TEMA: VIOLÊNCIA NA CAPITAL FEDERAL

[CONJUNÇÃO CONCLUSIVA + VIRGULA] Diante do exposto, [RETOMADA DO TEMA] a violência causa relevante temor público na capital federal. [SOLUÇÃO AO PROBLEMA] Desse modo, para solucionar tal aspecto, são necessárias medidas e ser tomadas pelo [QUEM] poder judiciário quanto [COMO] as formas mais eficazes de aplicação da lei penal brasileira, como também cabe [QUEM] à Secretaria de Segurança Pública [COMO] estabelecer programas de prevenção que visem coibir violências a motoristas e aplicativos, com maior fiscalização nos maiores pontos de tráfico de drogas. [DETALHES DA SOLUÇÃO] Assim, com instauração de tais medidas, em conformidade com as especificações da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o crime no DF irá reduzir exponencialmente, de modo a garantir segurança à sociedade.

TEMA: PIRATARIA NO BRASIL

[CONJUNÇÃO CONCLUSIVA + VIRGULA] Fica claro, por derradeiro, [RETOMADA DO TEMA] que medidas são necessárias para coibir a ampliação da pirataria em âmbito nacional, de modo que haja impedimento na prática de tal ação. [SOLUÇÃO AO PROBLEMA 3] Nesse contexto, [QUEM] pode-se avaliar a contribuição da população, [COMO] evitando compra de produtos de procedência duvidosa, bem como denunciem casos característicos de pirataria. [QUEM] Cabe, também, às autoridades de segurança pública, [COMO] a fiscalização e supressão dos produtos vendidos por comerciantes, como também punir outras autoridades públicas, em situações de corrupção no âmbito de fiscalização. [DETALHES DA SOLUÇÃO][PARA QUE] Desse modo, o Brasil terá comercialização de qualidade, e os devidos tributos serão pagos ao Governo, e assim, retornarão de forma eficiente à sociedade.



²⁴ | consciência de população para com o PM acaba por publicar a elaboração de crimes e etc. |

Conclusão PMDF/2018- Nota 10,00 de 10,00 (tema: Crimes contra a dignidade sexual)

o que tende a aumentar o número de crimes graves (crimes não reportados a polícia).

Assim, diante do exposto, vê-se necessário o apoio de comunidade, de órgãos governamentais e de sociedades tanto públicas quanto privadas ao policial militar do DF ao combate de crimes contra a dignidade sexual. Com esse apoio e a execução de ações e projetos relevantes, é possível

³⁰ | de de combat ao crime através, o que trata mais conforto e segurança à população do DF.

12.4.3 Detalhar a solução: Como/Quem

TEMA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA

[CONJUNÇÃO + VIRGULA] Diante do exposto, [RETOMADA DO TEMA] a educação possui bases sólidas na sociedade, porém, necessita de medidas que ampliem sua aplicabilidade e extensão. Para isso, é necessária a intervenção do [QUEM] Poder Legislativo, por meio do Ministério da Educação, [COMO] **propor programas e estratégias que visem à fiscalização das necessidades escolares, bem como atuem na integração de toda a sociedade no âmbito escolar**, [PARA QUE] para que a educação possa se tornar efetivamente democrática, de modo que os benefícios possam ser direcionados a todos os brasileiros.

TEMA: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

[PARTE 1 – CONJUNÇÃO CONCLUSIVA] Fica claro, portanto, [PARTE 2 – RETOMADA DO TEMA GERAL] que ações precisam ser definidas para um melhor cenário de sobrevivência à mulher, [PARTE 3 CITAR PROBLEMA – TÓPICO 3] com o objetivo de inibir a violência doméstica e familiar. [PARTE 6 – QUEM/QUAL ÓRGÃO AUXILIAR] [PARTE 7 – ÁREAS DA SOLUÇÃO] Nesse sentido, cabe às polícias civis dos estados e o Poder Judiciário [PARTE 4 – POSSÍVEL SOLUÇÃO] [PARTE 5 COMO SERÁ A SOLUÇÃO] promoverem meios de ampliar a divulgação das formas de denúncia e promover a celeridade na concessão de medidas protetivas às vítimas e punições penalmente severas aos agressores. [PARTE 8 – BENEFICIADOS COM A SOLUÇÃO] [PARTE 9 –



RESULTADO DA SOLUÇÃO] Com tais iniciativas, será possível resguardar o direito e necessidades da minoria do sexo feminino.

20 ~~extensiva com o fim de preservar a inocuidade da sociedade, prende o~~
21 **Conclusão: PMSC (nota: 5,3 de 5,5) Tema: Segurança pública e violência**
22 ~~em liberdade, cometendo novos crimes.~~
23 ~~Portanto, se os recursos financeiros (públicos e a legislação em vigor~~
24 ~~forem realizados de uma forma cautelosa e que trancem pontos positivos~~
25 ~~para a sociedade, as políticas de Segurança Pública não enfrentarão~~
26 ~~tantos desafios para combater a violência na sociedade. Se esses pon-~~
27 ~~tos forem resolvidos, a diminuição da violência e criminalidade irá dimi-~~
28 ~~nuir significativamente.~~
29
30

12.4.4 Detalhar a Solução: Quando

SEGURANÇA PÚBLICA: DEVER DO ESTADO, DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

[RETOMADA DO TEMA] O pleno acobertamento pela Segurança Pública é fator de suma relevância para a segurança da sociedade brasileira, **[VIRGULA + CONECTIVO]** portanto. Para isso, **[QUEM]** medidas no âmbito governamental, legislativo e judiciário **[COMO]** devem ser impostas concorrentemente na aplicação de leis e políticas públicas **que amparem o ex-condenado após sair do sistema presidiário, bem como garantir acesso à educação e à cultura à população marginalizada, pois possuem maior vulnerabilidade à criminalidade.** Ademais, são necessários programas de treinamento para profissionais de Segurança Pública. **[RESULTADO ESPERADO]** Assim, com tais medidas a população poderá ser amparada sob vista da segurança nacional.

24 *...do* **Conclusão: Oficial de Justiça/TJPA/CESPE/2020/Nota: 29,00/30,00** *...o usuário*
 25 *do* *internet de*
 26 *modo consciente e seguro.*
 27 *Portanto, cabe ao Estado legislar, informar e combater*
 28 *a criminalidade que afeta a segurança dos usuários, cobrando a*
 29 *este o dever de cuidado ao usar esse ferramenta e assim, gra-*
 30 *dualmente, esse problema será vencido.*

1 o contexto atual de uso cotidiano da Internet por milhões de usuários e de exposição de dados na rede; [valor: 11,50 pontos]

2 a necessidade de legislação relacionada à privacidade na Internet; [valor: 8,50 pontos]

3 a necessidade de os cidadãos usarem de modo consciente e seguro a Internet. [valor: 8,50]

12.4.5 Detalhar s Solução: Para quem/Resultado Esperado

O BRASIL E O DESAFIO DE CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO DE SOCIEDADE PARA O MUNDO

[CONJUNÇÃO + VÍRGULA] De fato, pode-se concluir, portanto, [RETOMADA DO TEMA] que o novo modelo de sociedade brasileira possui bases que ainda necessitam ser alteradas. Por isso, é de suma relevância a [QUEM] atuação governamental [COMO] na garantia de direitos fundamentais a todos de forma efetiva, por meio de políticas públicas e programas de inserção integral da sociedade aos aspectos culturais, bem como distribuição de empregos, [RESULTADO ESPERADO] para assim, ser estabelecida uma sociedade igualitária.

25 *transito, o edu* **Conclusão- PRF/CESPE/2019/Tema: O COMBATE ÀS INFRAÇÕES** *um trânsito*
 26 *seguro, desde* **DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS/Nota: 15,22/20,00** *e atencio.*
 27 *Nessa perspectiva, é necessário a atuação conjunta de todos, para*
 28 *garantir a segurança e a fluidez do trânsito, diminuindo assim, as in-*
 29 *profes, sabendo ao estado a ênfase na atuação destas atividades, pois de*
 30 *acordo com o CTB o trânsito é direito de e responsabilidade de todos.*

13 ARGUMENTOS PARA A REDAÇÃO

13.1 Principais tópicos – Atlas da Violência

Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios² no Brasil. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país.

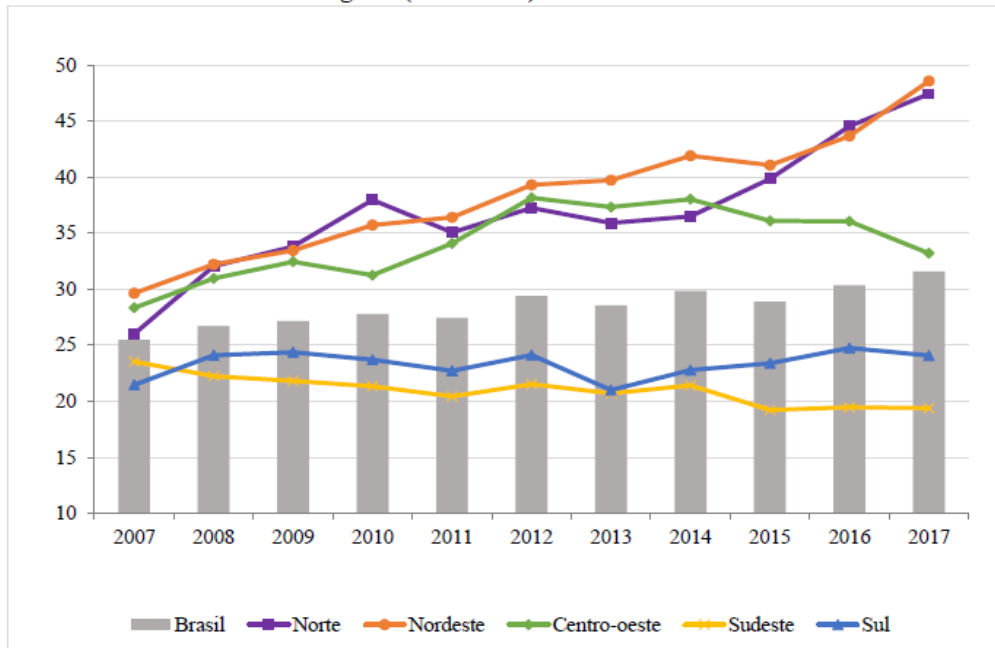
Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017)



A violência letal acomete principalmente a população jovem. 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio.

A falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no país a não estarem estudando nem trabalhando em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em consequência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação.

Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



Brasil: proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil (2017)

Faixa etária =>	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	Total
Masculino	18,4%	59,1%	55,7%	45,1%	35,3%	23,9%	14,3%	8,2%	4,5%	2,5%	1,4%	0,8%	14,7%
Feminino	7,4%	17,4%	15,5%	12,2%	8,8%	5,2%	3,0%	1,6%	1,0%	0,5%	0,3%	0,2%	2,2%
Total	14,1%	51,8%	49,4%	38,6%	28,6%	18,2%	10,5%	5,8%	3,2%	1,7%	0,9%	0,5%	10,4%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Os homicídios incluem agressões e intervenções legais (CID-BR-10). Não se levou em conta os óbitos com cujo sexo da vítima era ignorado. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

1. Possivelmente, o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016 (Manso e Dias, 2018) entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime.
2. Conforme apontado por Manso e Dias (2018), houve um processo de expansão geoeconômica das maiores facções penais do Sudeste pelo domínio de novos mercados varejistas locais de drogas, assim como novas rotas para o transporte de drogas ilícitas, que se iniciou em meados dos anos 2000.

3. No dia 1º de janeiro de 2017, houve uma rebelião no Complexo Prisional Anísio Jobim, em Manaus, quando integrantes do PCC e da Família do Norte (FDN), aliada do CV, se enfrentaram, tendo como resultado 56 mortes. No dia 14, outros 26 detentos foram mortos na Prisão Estadual de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, quando 26 detentos foram assassinados, nas escaramuças entre o PCC e o Sindicato do Crime (SDC), aliado do CV. Nesse período, em 15 dias o saldo foi de 138 homicídios nas prisões brasileiras, com episódios que atingiram também os sistemas penitenciários de Roraima, Paraíba, Alagoas, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.
4. Em alguns trabalhos que fizemos no Ipea, procuramos estimar o que seria um limite inferior para o custo social da violência no Brasil. Seria algo equivalente a 5,9% do PIB, desperdiçado a cada ano, em face da violência no país.

13.2 Homicídios nas Unidades Federativas (Ufs)

Custo econômico da violência no Brasil

Componente	Ano de cálculo	Percentual do PIB	Bilhões de RS (PIB 2016)
Custos privados (I)		4,2%	262
Custos intangíveis com homicídios*	2012	2,5%	157
Gastos com segurança privada e seguros	2004	1,7%	105
Despesas públicas (II)		1,7%	111
Sistema de saúde	2003	0,1%	9
Segurança pública (polícia)	2015	1,4%	88
Sistema prisional*	2013	0,2%	14
Custo da violência no Brasil (I+II)		5,9%	373

1. Ao mesmo tempo em que paulatinamente cada vez mais estados federativos estão assistindo a redução na taxa de letalidade violenta, por outro lado,

vários estados das regiões Norte e Nordeste têm se confrontado com forte crescimento nos índices de homicídio.

2. Fatores de diminuição da violência: Estatuto do desarmamento e a transição demográfica para o envelhecimento, haja vista que os jovens estão mais envolvidos em crimes violentos.
3. O Ceará foi o estado com maior crescimento na taxa de homicídio em 2017, ano em que se atingiu recorde histórico nesse índice.
4. O crescimento da violência letal no Acre, segundo Colombo Junior¹⁹ e também o Ministério Público do Estado do Acre²⁰ (MPAC) está intimamente associado à guerra por novas rotas do narcotráfico que saem do Peru e da Bolívia e que envolve três facções criminosas: PCC, o CV e o Bonde dos 13 (B13).
5. O crescimento da taxa de homicídio no Espírito Santo, em 2017, parece ser um ponto fora da curva da trajetória declinante das mortes violentas intencionais no estado que vinha de 2010. Tal aumento pode ser quase totalmente explicado pela greve da Polícia Militar no estado que durou 22 dias, em fevereiro de 2017, quando um clima caótico tomou conta do estado e 219 pessoas foram mortas.
6. O Rio Grande do Norte foi um dos estados com maior crescimento na taxa de homicídios em 2017 (+17,7%).
7. Rondônia liderou a lista de estados com maior diminuição na taxa de homicídios em 2017 (-22,0%).
8. O Distrito Federal foi a segunda unidade federativa com maior redução na taxa de homicídio em 2017, fato que vem ocorrendo desde 2012, período em que a queda foi 44,3%. Vários fatores concorreram para este resultado. Dentre eles, podemos destacar a melhoria das investigações realizadas pela PCDF e a intensificação da política de apreensão de armas da PMDF. A partir de 2015, foi lançado o “Plano Viva Brasília – o Nosso Pacto pela Vida”, quando foi inaugurada uma gestão integrada de segurança pública, onde o foco policial

das ações passou a se concentrar nas áreas mais violentas, visando inibir as ações das gangues.

9. No caso do estado de São Paulo, que desde finais dos anos 90 vem obtendo uma paulatina redução das taxas de homicídio, a diminuição registrada em 2017 (-5,6%) tem que ser vista com bastante cautela, uma vez que a taxa de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) aumentou 13,4% nesse último ano.
10. O estado de Sergipe, que vinha tendo forte crescimento da taxa de homicídio nos anteriores, obteve em 2017 uma redução de 11,3%.

Brasil: taxa de homicídio por UF (2007-2017)

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Brasil	25,5	26,7	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	24,0%	7,4%	4,2%
Acre	19,5	19,6	22,1	22,5	22,0	27,4	30,1	29,4	27,0	44,4	62,2	219,4%	126,9%	39,9%
Alagoas	59,5	60,3	59,3	66,9	71,4	64,6	65,1	62,8	52,3	54,2	53,7	-9,8%	-16,9%	-0,9%
Amapá	27,0	34,2	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	77,7%	32,6%	-1,4%
Amazonas	21,1	24,8	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	95,3%	10,1%	13,5%
Bahia	26,0	33,2	37,1	41,7	39,4	43,4	37,8	40,0	39,5	46,9	48,8	87,8%	12,5%	3,9%
Ceará	23,2	23,9	25,3	31,8	32,7	44,6	50,9	52,3	46,7	40,6	60,2	159,7%	34,9%	48,2%
Distrito Federal	29,2	31,8	33,8	30,6	34,6	36,0	30,0	29,6	25,5	25,5	20,1	-31,3%	-44,3%	-21,4%
Espírito Santo	53,3	56,4	56,9	51,0	47,1	46,6	42,2	41,4	36,9	32,0	37,9	-29,0%	-18,7%	18,5%
Goiás	26,0	30,7	32,1	33,0	37,4	45,4	46,2	44,3	45,3	45,3	42,8	64,3%	-5,7%	-5,6%
Maranhão	18,0	20,3	22,0	23,1	23,9	26,5	31,8	35,9	35,3	34,6	31,1	73,1%	17,7%	-10,1%
Mato Grosso	30,5	31,7	33,3	32,0	32,8	34,5	36,4	42,1	36,8	35,7	32,9	7,9%	-4,4%	-7,7%
Mato Grosso do Sul	30,5	29,9	30,7	26,8	27,2	27,3	24,3	26,7	23,9	25,0	24,3	-20,2%	-10,9%	-2,9%
Minas Gerais	20,9	19,6	18,7	18,6	21,6	23,0	22,9	22,8	21,7	22,0	20,4	-2,7%	-11,4%	-7,5%
Pará	30,3	39,1	40,2	46,4	40,0	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	80,7%	32,2%	7,5%
Paraíba	23,7	27,5	33,5	38,6	42,6	40,0	39,6	39,3	38,3	33,9	33,3	40,7%	-16,7%	-1,7%
Paraná	29,5	32,5	34,6	34,3	32,1	33,0	26,7	26,9	26,3	27,4	24,4	-17,5%	-26,1%	-11,0%
Pernambuco	53,0	50,9	45,0	39,5	39,2	37,3	33,9	36,2	41,2	47,3	57,2	7,8%	53,6%	21,0%
Piauí	12,5	11,6	12,2	13,2	14,0	16,6	18,8	22,4	20,3	21,8	19,4	55,6%	17,1%	-10,9%
Rio de Janeiro	41,6	35,7	33,5	35,4	29,7	29,4	31,2	34,7	30,6	36,4	38,4	-7,8%	30,5%	5,5%
Rio Grande do Norte	19,1	23,0	25,5	25,6	33,0	34,8	42,9	47,0	44,9	53,4	62,8	228,9%	80,4%	17,7%
Rio Grande do Sul	19,8	21,9	20,5	19,5	19,4	22,1	20,8	24,3	26,2	28,6	29,3	47,6%	32,4%	2,5%
Rondônia	27,2	32,1	35,8	34,9	28,5	33,1	27,9	33,1	33,9	39,3	30,7	12,9%	-7,3%	-22,0%
Roraima	27,9	25,4	28,0	26,9	20,6	30,7	43,8	31,8	40,1	39,7	47,5	69,9%	54,7%	19,6%
Santa Catarina	10,4	13,3	13,4	13,2	12,8	12,9	11,9	13,5	14,0	14,2	15,2	45,7%	18,4%	6,9%
São Paulo	15,4	15,4	15,8	14,6	14,0	15,7	13,8	14,0	12,2	10,9	10,3	-33,5%	-34,5%	-5,6%
Sergipe	25,7	27,8	32,3	32,7	35,0	41,6	44,0	49,4	58,1	64,7	57,4	123,5%	37,8%	-11,3%
Tocantins	16,6	18,5	22,4	23,6	25,8	26,7	23,6	25,5	33,2	37,6	35,9	116,0%	34,4%	-4,5%

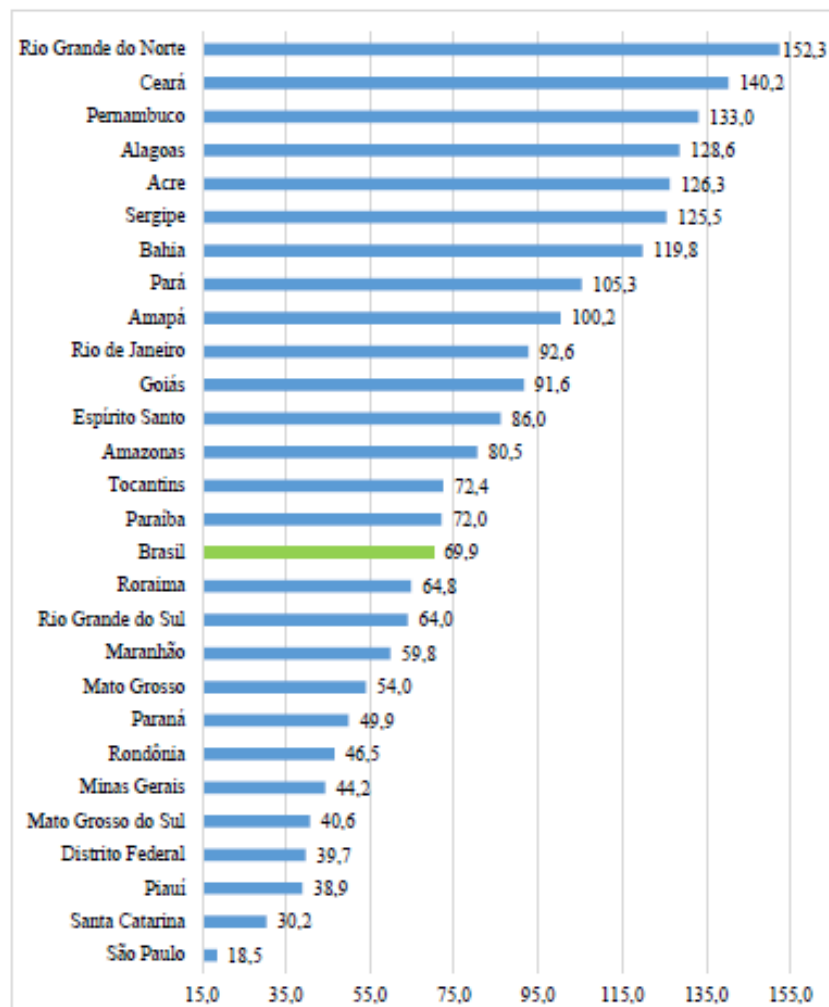
Fonte: IBCE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Demografia e Indicadores Sociais, Conselho de Estatísticas, Anuário de Estatísticas Demográficas - M6/2018/ICDAR, Sistema

1. A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Conforme mostraram

Cerqueira e Moura (2013), as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010.

2. Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos.
3. Em 2017, os estados com as menores taxas de homicídios entre jovens foram São Paulo (18,5), Santa Catarina (30,2) e Piauí (38,9). Já as três taxas mais elevadas foram as dos estados de Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0)

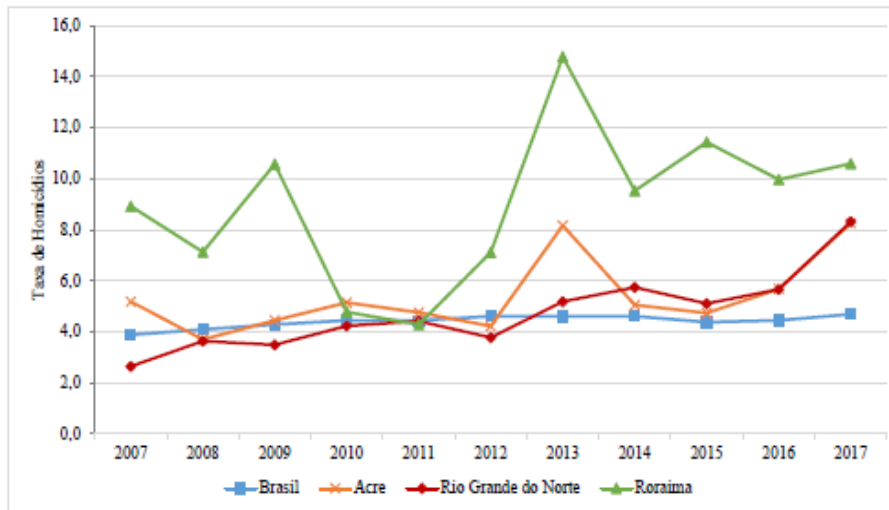
Brasil: taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF (2017)



13.3 Violência contra a Mulher

1. Houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007.
2. Crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior.
3. Considerando o período decenal, Rio Grande do Norte apresentou o maior crescimento, com variação de 214,4% entre 2007 e 2017, seguido por Ceará (176,9%) e Sergipe (107,0%).
4. Considerando-se as maiores diminuições decenais, Distrito Federal, Espírito Santo e São Paulo apresentaram as maiores reduções, entre 33,1% e 22,5%.
5. Há reconhecimento na literatura internacional²⁸ de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas.
6. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar.

Evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UFs com as maiores taxas em 2017 (2007-2017)

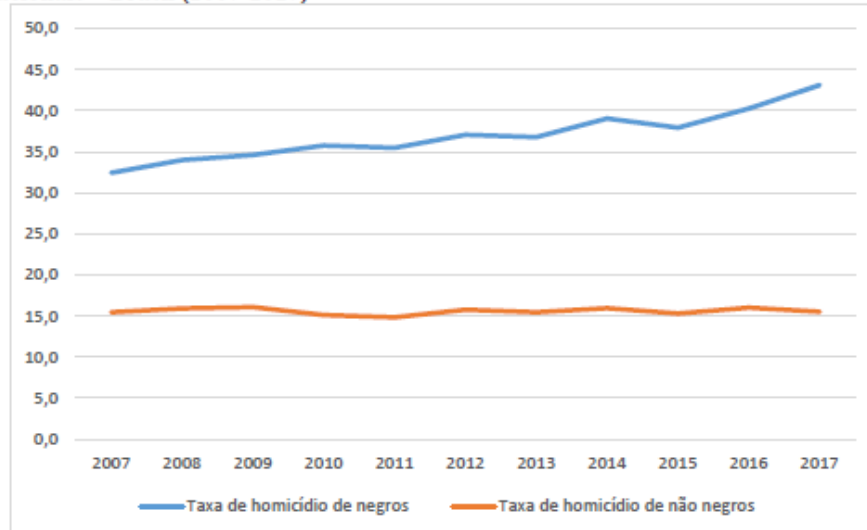


13.4 Violência contra Negros

1. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0.
2. Os cinco estados com maiores taxas de homicídios de negros estão localizados na região Nordeste. Em 2017, o Rio Grande do Norte apresentou a taxa mais alta, com 87,0 mortos a cada 100 mil habitantes negros, mais do que o dobro da taxa nacional, seguido por Ceará (75,6), Pernambuco (73,2), Sergipe (68,8) e Alagoas (67,9).
3. Já os estados que possuem menores taxas de homicídio de negros foram São Paulo, com 12,6 negros a cada 100 mil habitantes deste segmento; Paraná, com 19,0; e Piauí, com 21,5. Ressalte-se que oito unidades da federação observaram redução nesta taxa entre 2007 e 2017: São Paulo (-40,7%), Distrito Federal (-40,4%), Espírito Santo (-18,1%), Rio de Janeiro (-12,9%),

Paraná (-11,9%), Mato Grosso do Sul (-11,4%), Minas Gerais (-4,9%) e Pernambuco (-0,9%).

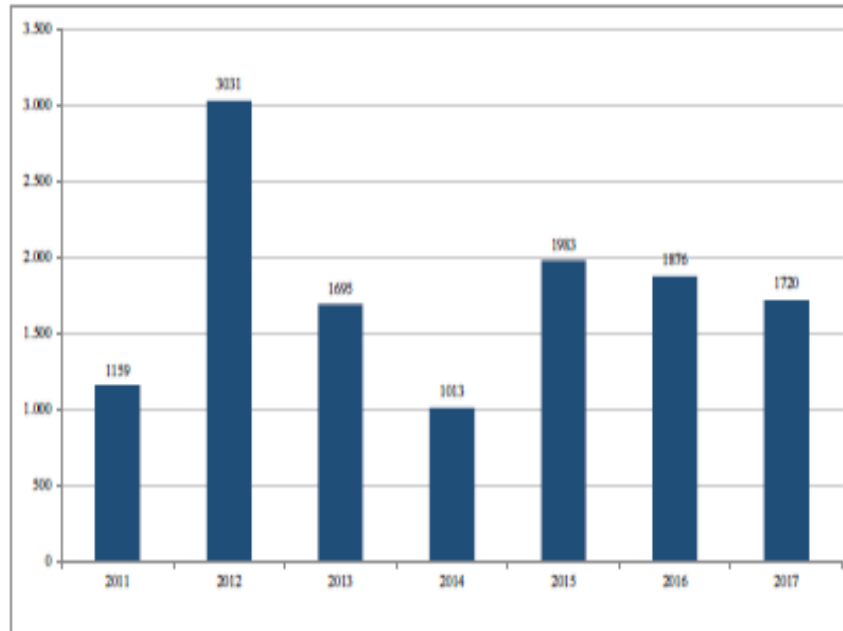
Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)



13.5 Violência contra a população LGBTI+

No que se refere às denúncias de homicídio contra a população LGBTI+, houve uma dinâmica totalmente contrária, verificando-se um forte crescimento nos últimos seis anos apontados, saindo de um total de 5 casos, em 2011, para 193 casos, em 2017. Apenas no último ano houve um crescimento de 127%.

Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil (2011-2017), segundo o Disque 100



13.6 A Função Ressocializadora

Aqui, a função precípua da pena é preparar o condenado para retornar a sociedade depois, é claro, o cumprimento da pena imposta ou de, após cumprir determinados requisitos objetivos e subjetivos, esteja apto a cumprir o restante da pena em liberdade. O foco dessa função é preparar o condenado a não mais enveredar-se pelo mundo do crime que possa respeitar as regras sociais, que possam se sentir úteis e realmente inseridos de volta à sociedade, que durante esse processo de ressocialização ele possa refletir e colocar na balança os prós e os contras de se cometer um crime e sinta realmente vontade de ser novamente reinserido, de fazer parte do meio social do qual foi retirado. “A pena só é legítima quando é capaz de promover a ressocialização do criminoso”¹

¹ HASSEMER, Winfried. *Direito penal libertário*. Trad. Regina Greve. Belo Horizonte: Del Rey, 2007, p. 104 apud MASSON, Cleber Rogério. *Direito penal esquematizado. Parte geral*, 2ª ed. São Paulo: Método, 2009, p. 519.



Tarefa difícil é acreditar que um sistema prisional como o nosso, completamente falido, onde reinam a corrupção e a promiscuidade, uma verdadeira faculdade do crime, onde poucos ou nenhum direito são respeitados e com o risco contínuo de o detento ter seu corpo violado numa verdadeira tortura mental, como alguém que é ali deixado à própria sorte possa se recuperar, ou devemos acreditar que esse tipo de convivência com presos de altíssima periculosidade não irá prejudicar ainda mais esse processo de reinserção social. Muitos quando saem de lá estão profundamente amargurados e com total descrédito a esse sistema.

Conforme Raúl Cervini, ditado por Rogério Greco, preleciona:

“A prisão, como sanção penal de imposição generalizada não é uma instituição antiga e que as razões históricas para manter uma pessoa reclusa foram, a princípio, o desejo de que mediante a privação da liberdade retribuísse à sociedade o mal causado por sua conduta inadequada; mais tarde, obrigá-la a frear seus impulsos antissociais e mais recentemente o propósito teórico de reabilitá-la. Atualmente, nenhum especialista entende que as instituições de custódia estejam desenvolvendo as atividades de reabilitação e correção que a sociedade lhes atribui. O fenômeno da prisionização ou aculturação do detento, a potencialidade criminalizante do meio carcerário que condiciona futuras carreiras criminais (fenômeno de contágio), os efeitos da estigmatização, a transferência da pena e outras características próprias de toda instituição total inibem qualquer possibilidade de tratamento eficaz e as

próprias cifras de reincidência são por si só eloquentes. Ademais, a carência de meios, instalações e pessoal capacitado agravam esse terrível panorama.”



Um dos principais fatores, senão o principal fator da falência de nosso sistema carcerário é a omissão do poder público bem como a falta de investimentos nesse setor. Preso não vota, então qual seria o interesse de nossos governantes em investir numa população que não dará o esperado “retorno” de imediato? Talvez, o simples enclausuramento resolveria a problemática, o confinamento entre quatro paredes, led o engano. É essa omissão do poder público que dentre outras graves consequências faz crescer o poder de organizações criminosas que literalmente tomam conta dos presídios. Num local onde predominam o medo e a hostilidade, onde o abandono é completo por nossas autoridades, onde se deve lutar ainda contra os abusos e violência por parte dos agentes estatais, talvez num cenário como esse, reunir-se a um grupo, uma facção que traz uma falsa ideia de esperança e autopreservação na luta contra um inimigo comum que seria o próprio Estado explique atitudes assim.

Será possível que alguém submetido a um sistema falido e desumano, onde prevalece o medo e a angústia, num completo abandono que muitas vezes se dá pela própria família que ainda, por diversas vezes são submetidos aos mais gritantes constrangimentos e humilhações para visitar seus entes queridos, possam se ressocializar?

Recentemente, durante o julgamento pelo STF, do caso conhecido como mensalão, o então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, deu uma declaração um

tanto quanto inusitada para o representante da pasta da justiça, dizendo que preferia morrer a ser mandado para a prisão nos presídios brasileiros. Por mais chocante que tenha sido essa declaração, quem tem um mínimo de conhecimento sobre o dia a dia do nosso sistema carcerário sabe do que o nobre Ministro estava falando e com toda certeza lhe dará razão.

Mesmo assim, apesar desse nosso vergonhoso sistema prisional não há como desistirmos de tentar a ressocialização, de maneira alguma se pode desistir de um membro de nossa sociedade que pelas mais diversas razões tomaram o caminho do crime. Deve-se fazer um trabalho minucioso além de um eficaz trabalho de acompanhamento psicológico não só ao preso prestes a ser posto em liberdade como também a própria família desse detento.

13.7 Direito Penal Do Fato

Adotamos em nosso sistema jurídico o direito penal do fato, em que se leva em consideração a ação praticada ou omitida pelo indivíduo, quando a lei determina sua prática, caso esse fato praticado constitua também um ilícito penal, ou seja, sendo esse fato tipicamente previsto na norma positivada, sendo também antijurídica ou ilícita e ainda culpável, isso para quem adota a teoria tripartida. Aqui o que importa é o ato efetivamente praticado.

Sendo assim, Eugenio Raúl Zaffaroni afirma que:

“um Direito que reconheça, mas que também respeite a autonomia moral da pessoa jamais pode penalizar o ser de uma pessoa, mas somente o seu agir, já que o direito é uma ordem reguladora de conduta humana. Não se pode penalizar um homem por ser como escolheu ser, sem que isso violente a sua esfera de autodeterminação”.

13.8 Direito Penal do Inimigo

Foi Günter Jakobs de quem partiu o estudo do chamado direito penal do inimigo, onde o que se analisa é o indivíduo em si, com suas características particulares e não o fato praticado em si. Aqui se tenta impedir a ocorrência do ilícito penal antes mesmo que este venha a ocorrer retirando do convívio social o chamado inimigo.

Nestor Távora, citando o pensamento de Jakobs aduz que:

“A essência deste conceito de Direito Penal do inimigo está, então, em que constitui uma reação de combate, do ordenamento jurídico, contra indivíduos especialmente perigosos, que nada significam, já que de modo paralelo às medidas de segurança, supõe tão-só um processamento desapaixonado, instrumental, de determinadas fontes de perigo, especialmente significativas. Com este instrumento, o Estado não fala com seus cidadãos, mas ameaça seus inimigos”.

Os indivíduos que se enquadram nas características dos chamados inimigos do Estado devem ser impedidos e combatidos como se vivêssemos numa verdadeira guerra ao terror, com toda e qualquer arma que esteja disponível ao Estado, buscando coibir a prática do crime, alcançando seus agentes antes que possam lograr êxito na prática do crime. Antes mesmo que entrem na fase de execução do suposto crime.

Cleber Masson, também citando jakobs assevera que:

“Inimigo, para ele, é o indivíduo que afronta a estrutura do Estado, pretendendo desestabilizar a ordem nele reinante ou, quiçá, destruí-lo. É a pessoa que revela um modo de vida contrário às normas jurídicas, não aceitando as regras impostas pelo Direito para a manutenção da coletividade. Agindo assim, demonstra não ser um cidadão e, por consequência, todas as garantias inerentes às pessoas de bem não podem ser a ele aplicadas”

Os inimigos aqui chamados não estariam amparados pelas mesmas garantias processuais dos demais infratores, como o princípio da anterioridade penal, pois muitas vezes as condutas tidas como suspeitas não estão sequer, tipificadas em lei.

Jakobs e Meliá fazem uma crítica pertinente quando asseveram que:

“No plano da teoria do Direito Penal, resulta evidente que um ‘Direito Penal’ do inimigo não é compatível com a teoria da prevenção geral positiva, posto que nela a pena cumpre uma função divergente e incompatível com o elemento essencial da culpabilidade-igualdade. Como consequência disso, o ‘Direito Penal’ do inimigo – dedicado essencialmente a definir categorias de sujeitos – é de modo estrutural um Direito Penal do autor”.

Em nosso atual ordenamento jurídico não há lugar para aplicação do direito penal do inimigo, nem para a utilização de dispositivos coercitivos a exemplo do regime disciplinar diferenciado.

13.9 Princípio da individualização da pena

Mirabete, sobre o tema, assevera que:

“Com os estudos referentes à matéria, chegou-se paulatinamente ao ponto de vista de que a execução penal não pode ser igual para todos os presos – justamente porque nem todos são iguais, mas sumamente diferentes – e que tampouco a execução pode ser homogênea durante todo o período de seu cumprimento. Não há crimes duvida de que nem todo preso deve ser submetido ao mesmo programa de execução e que, durante a fase executória da pena, se exige um ajustamento desse programa conforme a reação observada no condenado, só assim se podendo falar em verdadeira individualização no momento executivo. Individualizar a pena, na execução, consiste em dar a cada preso as oportunidades e os elementos necessários para lograr a sua reinserção social, posto que é pessoa, ser distinto. A individualização, portanto, deve aflorar técnica e científica, nunca improvisada, iniciando-se com a indispensável classificação dos condenados a fim de serem destinados aos programas de execução mais adequados, conforme as condições pessoais de cada um”.

13.10 Princípio da humanização das penas

O art. 5º, XLIX, CF/88 garante “o respeito à integridade física e moral”, coibindo dessa forma que, inclusive na aplicação de penas, sejam desrespeitadas essas garantias, aplicando penas que violem a incolumidade física ou moral do condenado. Veda ainda nossa Carta Magna a tortura, penas degradantes, cruéis e maus-tratos. O regime disciplinar diferenciado vai de encontro a esse princípio, pois é desumano que uma pessoa fique isolada do convívio social, podendo chegar a um sexto da pena, além das duas horas diárias de banho de sol, sendo que o mínimo recomendável pela OMS (Organização Mundial da Saúde) é de três horas diárias.

Conforme Jescheck, ditado por Cezar Roberto Bitencourt:

“Não pode ser conseguido sem dano e sem dor, especialmente nas penas privativas de liberdade, a não ser que se pretenda subverter a hierarquia dos valores morais e utilizar a prática delituosa como oportunidade para premiar, o que conduziria ao reino da utopia. Dentro destas fronteiras, impostas pela natureza de sua missão, todas as relações humanas reguladas pelo Direito Penal, devem ser presididas pelo princípio de humanidade”.

13.11 Princípio da legalidade

Assim, Júlio Fabbrini Mirabete leciona que:

“Pelo princípio da legalidade alguém só pode ser punido se, anteriormente ao fato por ele praticado, existir uma lei que o considere como crime. Ainda que o fato seja imoral, antissocial ou danoso, não haverá possibilidade de se punir o autor, sendo irrelevante a circunstancia de entrar em vigor, posteriormente, uma lei que o preveja como crime.”.

13.12 Princípio da ofensividade

Com a prática do ato deve-se ao menos lesar um bem de terceiro, deve ofender ou tentar ofender bens tutelados pelo ordenamento jurídico, não podendo se preocupar com ato que não entrem em sua fase de execução.

Nilo Batista, citado por Rogério Greco, afirma que o princípio em análise possui quatro funções:

- a. Proibir a incriminação de uma atitude interna;
- b. Proibir a incriminação de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor;
- c. Proibir a incriminação de simples estados ou condições existentes;
- d. Proibir a incriminação de condutas desviadas que não afetem qualquer bem jurídico”.

Total descompasso entre o princípio da ofensividade e o direito penal do autor, sendo que este leva em conta inclusive atos preparatórios, e ainda pune o indivíduo pelo que ele é.

Rogério Greco, citando agora Eugenio Raúl Zaffaroni, aduz que:

“Seja qual for a perspectiva a partir de que se queira fundamentar o direito penal de autor (culpabilidade de autor ou periculosidade), o certo é que um direito que reconheça, mas que também respeite, a autonomia moral da pessoa jamais pode penalizar o ‘ser’ de uma pessoa, mas somente o seu agir, já que o direito é uma ordem regulador de conduta humana”.

A conduta punida deve ao menos ser tentada, deve oferecer um perigo real, Fernando Capez, afirma que:

“A punição de uma agressão em sua fase ainda embrionária, embora aparentemente útil do ponto de vista da defesa social, representa ameaça à proteção do indivíduo contra uma atuação demasiadamente intervencionista do Estado”.

Já, Cezar Roberto Bitencourt, afirma que:

“Para que se tipifique algum crime em sentido material, é indispensável que haja, pelo menos, um perigo concreto, real e efetivo de dano a um bem jurídico penalmente protegido. Somente se justifica a intervenção estatal em termos de repressão penal se

houver efetivo e concreto ataque a um interesse socialmente relevante, que represente, no mínimo, perigo concreto ao bem jurídico tutelado”.

13.13 Princípio da não culpabilidade

Por esse princípio, todos são considerados não culpado, até que se prove o contrário, até que contra eles transite em julgado, sentença condenatória. O artigo 5º, LVII, da nossa Carta Magna, prescreve que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Nesse regime se tenta penalizar o futuro autor de determinado fato criminoso, chegando ao extremo de submeter ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório. Se for provisório é porque contra ele ainda não há uma sentença penal condenatória definitiva, mostrando-se mais uma vez inconstitucional o referido regime.

Renato Brasileiro de Lima assevera sobre o princípio em questão, que:

“Consiste no direito de não ser declarado culpado senão mediante sentença transitada em julgado, ao término do devido processo legal, em que o acusado tenha se utilizado de todos os meios de prova pertinentes para sua defesa (ampla defesa) e para a destruição da credibilidade das provas apresentadas pela acusação (contraditório).”

13.14 Declaração universal dos direitos humanos

Artigo 3º

Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 9º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 18º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

13.15 Constituição Federal de 1988

Art. 5º ao 15

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

13.16 Direitos do preso no Brasil

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

Da Remição

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

§ 2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.

Art. 130. Constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

13.17 Jurisprudência

O STF reconheceu que o sistema penitenciário vive um “Estado de Coisas Inconstitucional”, com uma violação generalizada de direitos fundamentais dos presos.

As penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios acabam sendo penas cruéis e desumanas. STF. Plenário. Rel. Min. Marco Aurélio, 9/9/2015 (info 798)

Outras formas de remição

Leitura (STJ, 2016)

Leitura e resenha de livros (STJ, 2016)

Atividade musical realizada em coral (STJ, 2016)

Artesanato (STJ, 2017)





CONCURSEIRO QUE PRETENDE SER POLICIAL NÃO FAZ RATEIO

Todo o material desta apostila (textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Profissão Policial Concursos de acordo com a Lei 9.610/1998. Será proibida toda forma de cópia, plágio, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.